

UNIVERSIDADES PARA O MUNDO

EM BUSCA DA QUALIDADE NA INTERNACIONALIZAÇÃO

Perspectivas
locais e desafios
globais definem
ações para
internacionalizar

O CONTEXTO DE CADA UNIVERSIDADE

Objetivos e motivações
servem de guia para
qualificar estratégias

PELA AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS

Indicadores bem definidos
ajudam a atrair parcerias,
talentos e até recursos

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Iniciativas institucionais
incluem EMI e
mobilidade virtual

IMPACTO SOCIOECONÔMICO

O valor da pesquisa
colaborativa entre
universidade e indústria

UNIVERSIDADES PARA O **MUNDO**

EM BUSCA DA QUALIDADE NA INTERNACIONALIZAÇÃO

2020

REALIZAÇÃO



DIRETOR DO BRITISH COUNCIL NO BRASIL
Martin Dowle

DIRETORA DE EDUCAÇÃO
Diana Daste

**GERENTE SÊNIOR DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR E CIÊNCIA**
Vera Oliveira

**GERENTE DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR**
Simone Ricci

GERENTE SÊNIOR DE INGLÊS
Cíntia Toth Gonçalves

GERENTE DE PROJETOS DE INGLÊS
Patricia Santos

GERENTE SÊNIOR DE MARKETING
Fernanda Medeiros

GERENTE DE MARKETING DIGITAL
Juliana Vargas Ferreira

ANALISTA DE MARKETING
Amanda Ariela

ANALISTAS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
Isabela Milanezzi, Marcela Gobo

ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
Beatriz Sant'Anna, Mariane Orsolan

COORDENAÇÃO
Patricia Santos

PRODUÇÃO EDITORIAL E EDIÇÃO
Maggi Krause

REPORTAGEM | EDIÇÃO
Lisandra Matias, Maggi Krause
Wellington Soares

REVISÃO
José Américo Justo

DESIGN | DIREÇÃO DE ARTE
Carla De Franco

ILUSTRAÇÕES
Bruno Algarve

CAPA
Cacau Tyla com fotos Shutterstock

Exceto quando indicado, todas as fotos nesta publicação são © British Council

As opiniões expressas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente as do British Council.

O British Council é a organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais. Está presente em mais de 100 países e seus principais parceiros incluem governos, organizações não governamentais e instituições privadas. Promove a cooperação entre o Reino Unido e o Brasil nas áreas de língua inglesa, artes, esportes, sociedade e educação.



SUMÁRIO

QUALIDADE É O PONTO DE PARTIDA	10
Estratégias buscam valorizar competências interculturais, com foco no mundo globalizado e respeito ao contexto local.	
DESAFIOS NA HORA DE PLANEJAR A AVALIAÇÃO	20
Definição de metas e indicadores, accountability e transparência são fatores determinantes nos processos de internacionalização.	
O IDIOMA COMO OPORTUNIDADE	30
Discussões sobre as questões-chave nas políticas linguísticas e iniciativas de formação que são alternativa à mobilidade.	
ARTIGO	40
20 ideias para política linguística de uma IES descritas pelo pesquisador da língua inglesa John Knagg.	
PESQUISAS DE IMPACTO	42
Colaborações internacionais ampliam a qualidade de pesquisa, as chances de financiamento e de demonstrar resultados.	
DIÁLOGO ENTRE SETORES	50
Parcerias universidade-indústria impulsionam pesquisas científicas e tecnológicas, fazem avançar o conhecimento e a produção.	

A RIQUEZA DA TROCA DE CONHECIMENTOS

Por mais de três anos, o Conselho Britânico vem trabalhando com instituições brasileiras para fomentar a internacionalização do setor de ensino superior por meio do programa Universidades para o Mundo, envolvendo universidades britânicas. Seu ponto central é promover qualidade na pesquisa e no ensino das instituições.

Concluímos a terceira edição da publicação **Universidades para o Mundo** em meio à pandemia causada pelo novo coronavírus. Ainda é cedo para saber o impacto dela nas universidades brasileiras e britânicas, porém sabemos que será muito grande. Redução de verbas, seja dos governos ou de renda proveniente de estudantes internacionais, será acompanhada pela necessidade de pesquisas focalizadas no impacto da Covid-19 nas sociedades de nossos países. Com certeza a mobilidade geográfica será reduzida e a colaboração digital terá que crescer.

Nos últimos anos, o programa Universidades para o Mundo incentivou discussões sobre o que é internacionalização e como ela vai além da mobilidade de estudantes e pesquisadores. De agora em diante será ainda mais importante investir em outros aspectos, favorecendo aproximações estratégicas e maximizando os links entre universidades. Esta publicação traz exemplos de tomadas de decisão e iniciativas de IES em busca de qualidade no processo. Aborda parcerias de diferentes tipos e pontos atuais como a avaliação das ações de internacionalização e a estruturação de políticas linguísticas. Em suma, muitas das questões que fazem a temática avançar no país.

Nesse novo cenário, indicadores para medir a qualidade dos projetos e sua execução ganham relevância e podem garantir a sustentabilidade da internacionalização. A mobilidade terá foco em formar estudantes com competências multiculturais para interagir online e enfrentar problemas em escala global. As habilidades de aprender e de se adaptar crescem em valor. Sobretudo, é preciso falar de Ciência para incentivar as novas gerações e comunicar melhor os resultados de pesquisa e de educação para evidenciar seus benefícios à população e aos governantes. Também precisamos engajar mais mulheres jovens na pesquisa e na atividade científica.

O British Council seguirá apoiando a agenda da internacionalização e os canais de comunicação da Ciência. Estudos, seminários, formações e material informativo fazem parte do compromisso do programa Universidades para o Mundo de estimular parcerias entre as IES do Reino Unido e do Brasil. São elas que beneficiam redes de pesquisa, acordos e intercâmbios entre equipes acadêmicas e estudantes. Agradecemos a todos os que contribuem para o sucesso dessas iniciativas, sejam eles organismos governamentais, representantes da área produtiva, do terceiro setor ou as próprias IES e suas associações. Inovação, avanço científico e desenvolvimento social nascem das trocas de conhecimento dentro desse grande sistema formado por instituições e pessoas. Se você está lendo estas linhas, é porque já faz parte dele.



Armando Rapchan

Martin Dowle
• Diretor do
British Council
no Brasil



Vera Oliveira

Gerente sênior de Educação Superior e Ciência

Discussões essenciais para o avanço da internacionalização

A internacionalização é uma ferramenta de mudança e tem potencial para alcançar resultados como o aumento da qualidade no ensino superior, da visibilidade para a produção científica brasileira, da colaboração em pesquisa e inovação e do fluxo de estudantes entre os países. O British Council no Brasil atua em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) e pesquisa para estreitar laços de cooperação, fomentar a capacitação e a divulgação da Ciência e incentivar o debate sobre a internacionalização no país. Por meio de diferentes projetos, inicia e maximiza conexões existentes entre o Brasil e o Reino Unido para promover em ambos um ambiente favorável para educação, pesquisa e inclusão.

Em suas três edições, a publicação **Universidades para o Mundo** acompanhou a evolução da temática. De início, as discussões giravam em torno da motivação para a internacionalização e seus benefícios. Em 2019, o tema norteador foi o desenvolvimen-

to de estratégias de internacionalização. Já a pauta atual analisa quais resultados se pode esperar da internacionalização e as formas de atingi-los e mensurá-los.

Os processos de internacionalização exigem recursos financeiros, humanos e estruturais que muitas vezes são escassos ou concorridos em meio a outras prioridades das IES. Um estudo realizado pela Universities UK International em 2019 mostrou que 80% das colaborações entre instituições britânicas e brasileiras tinham como objetivo a realização de pesquisas. O recrutamento de estudantes, interesse que motivou 62% das parcerias, revela que o acesso a diferentes culturas e aprendizados ainda é bastante valorizado no ensino superior. Mesmo em condições favoráveis, somente uma minoria do corpo estudantil tem oportunidade de intercâmbio, o que torna mais premente definir quais os benefícios da internacionalização e as estratégias para alcançá-los.

Em meio a um cenário de crise, que agra-

va desigualdades, é fundamental pensar como a universidade, em sua essência e por meio da internacionalização, pode influir na prosperidade de uma localidade e, especialmente, de jovens em condições vulneráveis. É ela que permite que o estudante seja exposto a um ambiente multicultural, desenvolva conexões e tenha mais oportunidades. Ao criar laços como pesquisador e estabelecer uma rede internacional de colaboradores, esse estudante alimenta um ciclo de boas práticas e desenvolvimento do ambiente de educação e pesquisa.

Avançar na internacionalização significa considerar a questão da qualidade em duas perspectivas: a da implementação dos planos, com monitoramento e coleta de resultados e indicadores; e a do efeito da internacionalização para as metas estratégicas da Instituição de Ensino, em seu perfil de engajamento, em pesquisa, ensino ou contribuição no desenvolvimento local. Esse último item se conecta ao conceito de contribuição social e econômica das universidades. O impacto pode ser medido em diferentes escalas e a busca por dados e a narrativa ao redor dos resultados são essenciais na atualidade. O British Council lançou em 2019 um edital para apoiar universidades brasileiras participantes do programa Capes-PrInt, no monitoramento e avaliação dos planos de internacionalização. Foram selecionados sete projetos entre universidades brasileiras e britânicas, que se iniciaram em outubro de 2019 e irão até setembro de 2021. Esses projetos nos ajudarão a entender melhor a questão da qualidade da internacionalização no contexto brasileiro, e nos proverão com ferramentas para apoiar esse processo.

É interessante notar o exemplo do Research England, que fomenta pesquisas e parcerias nas IES inglesas e avalia o impacto da pesquisa a partir do REF (Research Excellence Framework), que considera três elementos: a qualidade do que é produzido, o impac-

to além da academia e o ambiente favorável à pesquisa dentro da IES. Seu fundo de apoio à pesquisa e inovação (Higher Education Innovation Fund) estimula parcerias entre as universidades inglesas e a indústria e comunidade locais. Esses projetos são avaliados via um quadro referencial denominado KEF (Knowledge Exchange Framework), que analisa, além das parcerias em pesquisa, o trabalho com empresas, com o terceiro setor, e o engajamento com o público e a comunidade. É um sistema de avaliação complexo, que tem sido relevante por apresentar os resultados das IES, ao mesmo tempo em que por vezes é criticado pelo risco de restringir áreas e correntes de pensamento dentro da academia.

No contexto do trabalho que temos desenvolvido se destaca o olhar para as relações entre academia e indústria e os impactos sociais. Além dele, três temas relevantes para as universidades brasileiras têm sido recorrentes no British Council: a qualidade na internacionalização, o desenvolvimento de políticas linguísticas e o reconhecimento de qualificações. Em janeiro de 2020, organizamos uma programação de uma semana na Inglaterra com seminários e workshops, assim como reuniões, com o objetivo de trabalhar esses assuntos. Muito do material discutido na ocasião se desdobra ao longo das próximas páginas.

Internacionalização é antes de tudo troca e cooperação. Torna-se mais importante, neste momento de incertezas devido à pandemia de coronavírus, reafirmarmos o compromisso de estreitar parcerias entre Instituições de Ensino brasileiras e britânicas, para manter o fluxo de discussão, capacitação e disseminação de conteúdos relevantes para as universidades. Dentro dessa agenda, continuaremos olhando para a qualidade, para a busca de indicadores e referenciais de impacto socioeconômico, para modelos de cooperação entre academia e indústria e para critérios que facilitem o mútuo reconhecimento de qualificações entre Brasil e Reino Unido.

A questão da qualidade perpassa duas perspectivas: a da **IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS**, com monitoramento e **COLETA DE RESULTADOS** e indicadores; e a do efeito da internacionalização para as **METAS ESTRATÉGICAS** da Instituição de Ensino.



QUALIDADE É O PUNTO DE PARTIDA

Quais os porquês da universidade, de que formas cumpre a sua função e como ela interage com o mundo – seja com as cidades mais próximas, seja com pesquisadores de vários países – são componentes a ser analisados quando se fala de internacionalização. A identidade de uma Instituição de Ensino Superior (IES), definida a partir de suas motivações e o contexto no qual está inserida, leva a diferentes possibilidades de definição de qualidade e de como isso se desdobra em prioridades. As melhores IES do Reino Unido contam com planos estratégicos de longo prazo e têm clareza de onde querem chegar para então desdobrar suas ações. Simon Marginson, professor de Oxford e diretor do Centre for Global Higher Education, ressalta que um desafio conhecido da internacionalização é definir políticas e fazer da colaboração uma rotina bem-sucedida. As instituições brasileiras, algumas ainda em fase de desenhar e consolidar seus planos, têm cada vez mais consciência de que buscar a qualidade nas ações é o passo que as levará aos seus objetivos e ao maior reconhecimento pela comunidade local e internacional.

Frank Noon Photography



King's College London

ATITUDE diante do mundo global

Cenário e objetivos das instituições indicam como qualificar ações de internacionalização

O rumo da internacionalização do ensino superior em cada país depende muito de fatores externos, e também de vontades enraizadas na comunidade universitária e em seu entorno. São desafios globais e perspectivas locais que precisam ser administrados. Um dos passos decisivos quando se alcança a maturidade nessa área consiste em criar e manter mecanismos que promovam a inovação. Nesse quesito, práticas estabelecidas no Reino Unido ainda estão iniciando no Brasil. “O problema é que Ciência não é prioridade na maioria dos estados e nas políticas de educação. Não se reconhece a inovação como parte da estratégia de desenvolvimento. Mas temos universidades, problemas para resolver e mercado: então temos tudo, só precisamos planejar”, reflete Evaldo Ferreira Vilela, presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Em Londres, durante evento promovido pelo British Council que discutiu internacionalização e políticas linguísticas no Brasil e no Reino Unido, ele defendeu organização e estratégia como pilares fundamentais dos processos de internacionalização, sejam eles financiamento de pesquisa conjunta ou investimentos em programas de línguas e de mobilidade.

Simon Marginson, professor da Universidade de Oxford e diretor do Centre for Global Higher Education, nota que a internacionalização pode tomar qualquer forma: a dos interesses pessoais, da competição e da exploração econômica, mas também a de construtora de pontes duráveis entre pesquisadores e instituições. O desafio é definir políticas e fazer da colaboração uma rotina bem-sucedida. “Antes de pensar em qualidade de implementação, devemos nos preocupar em como transpor a resistência à internacionalização que ronda o período em que vivemos, com países erguendo barreiras à imigração, por exemplo”, observa Marginson.

Apesar desse cenário, **a internacionalização do ensino superior cresceu em importância em todo o mundo.** Já em 2013, a European University Association (EUA) constatou que a maioria das universidades europeias pensava de forma estratégica sobre o tema,

* Contribuição do Processo de Internacionalização da Educação Superior ao Desenvolvimento de Competências Interculturais nos Alunos. Perspectiva de Instituições de Ensino Superior Brasileiras, de Lourdes Zilberberg (2019)

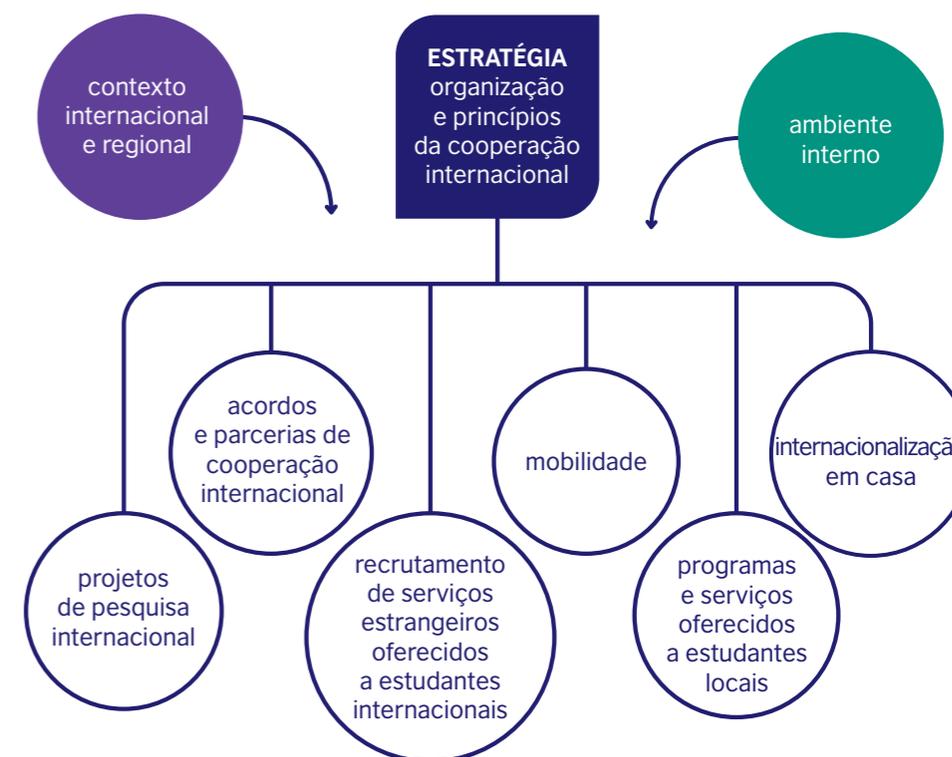
tinha uma proposta em vigor ou queria melhorá-la. No Brasil, a situação era inversa. Em 2017, uma pesquisa realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com 320 Instituições de Ensino Superior brasileiras constatou que 70% delas se consideravam pouco ou nada internacionalizadas. Mas em pouco tempo houve uma mudança de postura em relação ao tema, alavancada pelo Capes-PrInt, que estimulou a definição de planos de ação nas IES. Em pesquisa* apoiada pela Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), de 59 instituições respondentes, cerca de 80% declararam ter uma estratégia de internacionalização inserida dentro de seu plano institucional. No entanto, os estágios em que se encontram no processo são bastante heterogêneos. A mesma pesquisa identificou que boa parte das IES brasileiras ainda não tornou a internacionalização uma política institucional.

É preciso entender que **SOMOS PARTE DE COMUNIDADES LOCAIS E GLOBAIS** e decidir como as Instituições de Ensino Superior podem contribuir.

Simon Marginson, professor da Universidade de Oxford e diretor do Centre for Global Higher Education

Estratégia no centro
Os principais elementos da internacionalização, segundo os pesquisadores Söderqvist e Parsons, são ancorados pela estratégia e inseridos em contextos.

Fonte: Söderqvist e Parsons (2005)





Chris Hale, da Universities UK International, em apresentação no evento do British Council em Londres.

Frank Noon Photography

Olhar atento para o plano de cada universidade

O que significa conduzir uma internacionalização de qualidade? Quem está envolvido com o assunto já chegou a uma conclusão: o que é qualidade para uma instituição pode não ser para outra. “Entendo que ela está atrelada diretamente às propostas do plano de internacionalização e do planejamento estratégico. O máximo da qualidade será definido por ações que levem aos objetivos esperados”, explica José Celso Freire Junior, assessor chefe das Relações Externas da Unesp. **O norte será sempre atrelado a metas: pode significar buscar um parceiro cuja reputação permita aumentar o impacto de pesquisa** ou investir em acolhimento para trazer mais estudantes do exterior. O professor Marginson indica ficar de olho nas atividades que deseja aprimorar. Aumentar o número de artigos publicados em periódicos científicos ou o de professores estrangeiros é mensurável; já outras variáveis, como o grau de aproveitamento nos cursos oferecidos em English as a Medium of Instruction (EMI), trazem mais desafios para a avaliação.

A base de tudo é saber quais são as priori-

dades da instituição. No artigo *A Qualidade da Educação Superior e o Complexo Exercício de Propor Indicadores*, Marília Costa Morosini, da PUC-RS, em conjunto com outras autoras, afirma que cada contexto terá suas particularidades. **“Qualidade é autorreferenciada, pressupõe um sujeito ou uma comunidade que aceita determinados padrões como desejáveis.”** No caso da Unesp, um dos objetivos de longo prazo é aumentar o impacto de pesquisa. Há ações que se traduzem em dados, como quando a Universidade de Queensland, na Austrália, formalizou parceria para supervisão conjunta de alunos de doutorado e fortalecimento de uma relação tripartite com foco em projetos de pesquisa na área de Bioeconomia (a terceira instituição é a Universidade Técnica de Munique (TUM), da Alemanha). “Depois desse acordo, o número de artigos publicados em conjunto quase triplicou. Esses resultados me ajudam a tomar as próximas decisões, como quais programas desenvolver, onde alocar mais recursos, com base em erros e acertos no caminho”, relata Freire Junior, indicando que esse tipo de

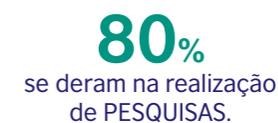
análise contribui para a sustentabilidade da internacionalização na universidade.

Cada IES investe em ações e iniciativas que considera válidas, por isso estratégias de internacionalização não seguem um modelo único. Ao contrário, podem ser vistas como um processo dinâmico, que leva em conta diversas variáveis e inclui inevitavelmente um profundo autoconhecimento. O pesquisador Tristan McCowan, do University College London (UCL), sugere três componentes para identificar as características mais salientes de uma IES: valor, função e interação. “Em primeiro lugar, há diferenças na justificativa fundamental de uma universidade – o porquê da Educação Superior. Ela determina a dimensão valor”, explica no artigo *Universities and the Post-2015 Development Agenda: an Analytical Framework*. Também há diferenças no que uma universidade faz, ou seja, o rol de atividades e papéis que cumpre (função) e na forma como se relaciona com a sociedade, na circulação de pessoas e ideias para dentro e para fora da IES (interação). Segundo McCowan, o objetivo de analisar esses componentes é entender a “anatomia” da instituição – seus propósitos, as práticas organizadas para atingi-los e os links com a sociedade. Ao examinar a interação, ele indica avaliar a porosidade do fluxo de atores e ideias da comunidade para a universidade e vice-versa. “Em alguns casos, as universidades são porosas na relação com o conhecimento vindo de outros setores, por exemplo, os avanços tecnológicos da indústria, ou, de outra forma, são ativas em traduzir e comunicar o conhecimento acadêmico produzido para parceiros externos, como explicar uma pesquisa sobre esterilização da água para as autoridades municipais”, observa McCowan. Essas posturas influenciam também os processos de internacionalização, baseados em cooperação, troca de experiências e colaboração de pesquisa.

Entre o Reino Unido e o Brasil



Das colaborações entre IES do Reino Unido e do Brasil



Fonte: The State of the Relationship – Mapping UK Higher Education Engagement with Brazil/Universities UK International (pesquisa realizada entre outubro de 2018 e janeiro de 2019)

Estímulo às competências INTERCULTURAIS

Alunos bem preparados são a motivação principal das Instituições de Ensino Superior para se internacionalizar

A mobilidade de estudantes, atividade com alta visibilidade dentro das instituições e propulsora do tema no Brasil, não é necessariamente a protagonista na atual estratégia de internacionalização. É verdade que o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que concedeu quase 104 mil bolsas, levando estudantes ao exterior para experiências internacionais entre 2011 e 2017, colaborou para inserir o Brasil no mapa da colaboração entre IES. Mas para conseguir garantir a sustentabilidade de programas e ampliar o alcance das ações, parte do esforço na mobilidade

está sendo substituída pela internacionalização de currículos em casa. A ideia é defendida por especialistas, entre eles Elspeth Jones, professora emérita da Leeds Beckett University, no Reino Unido. “Precisamos desafiar a ideia de que estudar no exterior é a melhor solução. A demanda atual de conteúdos profissionais globais exige que ofereçamos um currículo internacionalizado para todos os estudantes, não somente para os poucos que usufruem da mobilidade”, diz Jones*. Segundo ela, na sociedade contemporânea, todos os graduados deveriam ter

* No artigo *Graduate Employability and Internationalization of the Curriculum at Home* (2014)



habilidade de interpretar problemas locais dentro de um contexto mundial e de julgar o impacto de questões globais em sua vida pessoal e profissional. Para Jones, esse atributo, entre outros benefícios, aumentaria a empregabilidade. Do lado das universidades, surge uma pressão por novos arranjos de internacionalização por conta da situação mundial. “Um exemplo são as mudanças climáticas e a busca por sustentabilidade ambiental, que nos indica que será preciso desacelerar a mobilidade física e investir em recursos tecnológicos, como as videoconferências”, comenta Marginson.

Por trás de todo planejamento institucional estão os fatores de motivação para internacionalização, e eles foram tema de estudo da Associação Internacional de Universidades (IAU), que pesquisa regularmente sobre o assunto em mais de 100 países. **Em três pesquisas (2005, 2009 e 2013), a IAU apurou que o principal motivo apontado pelas universidades para investir nos processos de internacionalização foi o de preparar os alunos para serem mais competentes em questões interculturais e internacionais.** Esse fato deu margem para o assunto da tese de doutorado de Lourdes Zilberberg, diretora de internacionalização da FAAP, que investigou em IES brasileiras a *Contribuição do Processo de Internacionalização da Educação Superior ao Desenvolvimento de Competências Interculturais nos Alunos* (título do trabalho). Competência intercultural, na definição da pesquisadora da Universidade de Duke Darla Deardoff é “a habilidade de se comunicar eficientemente e apropriadamente em situações interculturais, baseando-se no conhecimento, competências e atitudes interculturais desenvolvidas pelo indivíduo”.

A pesquisa conduzida por Lourdes fez a

MOTIVAÇÕES PARA INTERNACIONALIZAR

- Mobilidade e intercâmbio de alunos e de professores
- Colaboração no ensino e pesquisa
- Padrões acadêmicos e de qualidade
- Projetos de pesquisa
- Cooperação e desenvolvimento de assistência
- Desenvolvimento do currículo
- Entendimento internacional e intercultural
- Promoção do perfil da instituição
- Diversificação da origem do corpo docente e de alunos
- Questões regionais e de integração
- Recrutamento de alunos internacionais
- Diversificação das fontes de geração de renda

Fonte: Associação Internacional de Universidades (IAU, 2003)

seguinte pergunta a gestores de escritórios de relações internacionais e a alunos: O processo de internacionalização contribui para o desenvolvimento de competências interculturais? A resposta foi unânime – 100% consideraram que SIM. O estudo listou as respostas a *Segundo os gestores e os estudantes, quais são as dimensões internacionais que mais contribuem ao desenvolvimento de CI? Por quê?*, que deram origem a um ranking de dimensões da internacionalização de acordo com as suas contribuições no desenvolvimento de competências interculturais nos alunos. A mobilidade, os estágios no exterior e a presença de estrangeiros no campus foram os itens mais citados. “A ação, o intercâmbio, estar imerso em outra cultura ganham em percepção. O currículo fica mais atrás. No Brasil, há uma valorização maior às atitudes e habilidades do que ao conhecimento”, observa Lourdes. Tanto é assim que entender o valor da diversidade, respeitar outras culturas e aprender por meio da interação foram atitudes citadas pelos respondentes como componentes da competência intercultural. A pesquisa, que revela a ótica brasileira sobre esse tema, será apresentada este ano.

BOAS ESTRATÉGIAS respeitam o contexto local

Projetos que colocam os sujeitos e a comunidade no centro das iniciativas de pesquisa



“Os **SUJEITOS** são o início dos processos de internacionalização e não indivíduos sem identidade. O **LUGAR** são espaços que carregam contradições e possibilidades, e que reúnem sujeitos que têm suporte e possibilidades para construir pontes de diálogos nas zonas de fronteiras a partir da **PESQUISA** necessariamente interdisciplinar conduzida para resolver os problemas complexos da humanidade.”

Trecho do estudo *Internacionalização da Educação Superior: Lugar, Sujeito e Pesquisa como Categorias Substantivas de Análise* (2018)

A importância dos indivíduos continua determinante na engrenagem que move a internacionalização, mesmo nas prestigiadas universidades americanas Harvard, Columbia e MIT (Massachusetts Institute of Technology). As três são World Class Universities (WCU), ou seja, têm por vocação serem internacionais, e foram objeto de estudo em *Internacionalização da Educação Superior: Lugar, Sujeito e Pesquisa como Categorias Substantivas de Análise*. “A maioria dos problemas é global, mas precisa passar por teorias, laboratórios, pensados e executados por sujeitos. Não existe neutralidade nem ingenuidade nesse contexto”, observa Marlice Rubin Oliveira, co-autora do artigo e professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O objetivo dos autores foi extrair, após análises de documentos e visitas técnicas, as dimensões e categorias que contribuem para repensar a prática no contexto brasileiro. “Nos chamou a atenção a percepção que os sujeitos têm sobre seu papel na consecução da missão institucional, algo que parece diretamente relacionado com a estabilidade dessas universidades para conseguirem agir de forma propositiva no mundo”, diz o professor Hamilton de Godoy Wielewicki, da Universidade Federal de Santa Catarina, em pós-doutorado na University of Washington, em Seattle.

Na pesquisa, fica claro que as instituições

de ponta fazem diferença a partir da percepção que têm de si e de sua relação com o exterior. Isso é verdadeiro tanto em relação à sua inserção local quanto à relevância atribuída a elas no contexto das universidades do mundo. “Elas tendem a ter uma visão de longo prazo, que contribui para a construção de uma agenda que busca as questões, os sujeitos e os saberes onde eles estão. Talvez esse seja um fator que as instituições brasileiras precisem repensar”, reflete Wielewicki.

O olhar sobre as WCU americanas levou os autores a analisar a postura brasileira. **“Ocupamos um lugar privilegiado, tanto referente ao espaço geográfico quanto a nossas características distintas de cultura e de organização do ensino superior. No entanto, continuamos na maioria das vezes “de costas” para a América Latina e para nossos problemas.** Temos um potencial a ser explorado com os saberes dos povos originários, que poderiam nos colocar em outro patamar na pesquisa científica”, ressalta Marlice.

No Reino Unido, as perspectivas de internacionalização das IES passam por estratégias diferenciadas, dependendo de seu contexto local e global. Observação, escuta e análise das necessidades da comunidade levam a ações acadêmicas e administrativas. Leia os exemplos da página ao lado.

UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM

As relações com o Brasil se iniciaram em 2011 e ganharam força nos últimos anos graças à estratégia, que conta com profissionais dedicados dos dois lados do oceano. “Estreitamos laços com o programa Visiting Fellows, a visita de delegações aos dois países, e criamos o Birmingham Engagement Grants, uma ajuda de custo para nossos acadêmicos e pesquisadores participarem de eventos no Brasil”, conta Flávia Rodrigues, representante de Colaborações em Pesquisa. Em Birmingham, Richard Brunt, representante de Parcerias Internacionais, é responsável pelo Brasil. “Algumas colaborações evoluíram de pequenos grupos de pesquisa para merecedoras de financiamentos substanciais. Tudo depende da área de trabalho, de bolsas e fundos e de suporte durante o processo para que se alcance o próximo nível”, explica ele. Para deixar o país em evidência junto à sua comunidade, a UoB trocou sua Brazil Week, que acontecia só em março, por um fórum mensal.

UNIVERSIDADE DE NOTTINGHAM

Entre as instituições do Reino Unido, ela é considerada a mais internacionalizada. Além de contar com dois campi na Ásia (China e Malásia), tem boas conexões pelo mundo. “A diferença entre Nottingham e as outras é que eles organizaram o escritório internacional e o local no mesmo espaço físico, totalmente integrado, dividindo infraestrutura e recursos, sob a mesma liderança. As ações de internacionalização se conectam a todo o restante e não ficam restritas a um grupo privilegiado”, resume o professor Marginson, diretor do Centre for Global Higher Education. Os princípios da estratégia de internacionalização da Universidade de Nottingham são reciprocidade, responsabilidade social e ambiental, comprometimento e qualidade.



King's College London

KING'S COLLEGE LONDON

A visão de longo prazo norteia o plano estratégico de dez anos, que mira na formação da comunidade universitária para um mindset global – ou seja, pessoas com competências interculturais, consciência dos problemas mundiais e do papel da universidade nisso. Também busca mudar processos, currículos, pedagogia e revisar o portfólio de parcerias para contribuição efetiva em todas as regiões do globo. “Uma das iniciativas recentes foi convidar alunos e funcionários, por meio de um estande montado em eventos nos vários campi do King's, a darem depoimentos e opiniões sobre as atividades de internacionalização nas nossas redes sociais. Será uma coleção de histórias para construir e manter viva a jornada na área”, comemora Tania Lima, diretora de Engajamento Global do King's College London. Seus campi contam pessoas de mais de 150 nacionalidades, empregam cerca de 4 mil acadêmicos e 4 mil funcionários administrativos. ■



Frank Noon Photography

DESAFIOS NA HORA DE PLANEJAR A AVALIAÇÃO

Para definir metas de internacionalização e estratégias, é fundamental saber de onde se parte e acompanhar o avanço ao longo do tempo. Avaliar-se e ser avaliado é, portanto, um importante exercício de autoconhecimento das Instituições de Ensino Superior (IES), que possibilita entender quais pontos precisam ser trabalhados, tanto nos aspectos relacionados à internacionalização quanto na qualidade da pesquisa. É esse o movimento que tem sido desenhado por universidades brasileiras como a Fundação Getulio Vargas (FGV), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pela própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com indicadores em mãos e um plano bem desenhado, podem-se abrir portas para novas parcerias, para a atração de talentos e para a busca de financiamento em iniciativas como o Capes-PrInt, que tem a autoavaliação como um fator determinante para a concessão de recursos e também cobra o acompanhamento do plano de internacionalização na prestação de contas.

O valor do AUTOCONHECIMENTO

A construção e a leitura dos indicadores sobre internacionalização estão ligadas aos objetivos e ao perfil de cada universidade

Atrair e reter talentos para o ensino e a pesquisa, buscar financiamento para as atividades acadêmicas, ser reconhecida por sua excelência, produzir impacto nas comunidades com quem atua: esses são alguns dos desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Para dar conta deles, é preciso elaborar estratégias e, é claro, avaliar o andamento delas. Por isso, as avaliações externas e a criação de indicadores para uso interno têm ganhado força. Como explica Marília Morosini, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), acompanhar as estratégias de cooperação com instituições estrangeiras é uma

maneira de garantir também a evolução em outros indicadores. “A pressão da avaliação se dá pela busca na qualidade das iniciativas. A internacionalização é um meio para aumentar a qualidade do ensino e da pesquisa”, defende a pesquisadora.

O trabalho com indicadores específicos para essas ações, portanto, não está descolado das outras iniciativas que buscam garantir a melhora contínua nos trabalhos das IES. Em avaliações externas – como a realizada pela Capes sobre os programas de pós-graduação – e rankings internacionais, são considerados o número de artigos em revistas internacionais, de pesquisas em parceria com institui-

ções estrangeiras e da mobilidade de alunos e docentes. “Espera-se que as trocas entre brasileiros e a comunidade internacional ampliem a qualidade e o impacto das pesquisas e tragam novidades no ensino”, destaca Sônia Bão, diretora de avaliação da Capes. Ainda assim, a busca por formas específicas de observar a internacionalização é importante, como argumenta Catherine Yuan Gao, professora da Victoria University, na Austrália. “Medidas eficientes podem ajudar universidades a distinguir as aspirações da realidade estratégica e reconhecer que, para algumas, há uma distância entre as duas”, afirma no livro *Measuring University Internationalization*. Segundo a autora, há uma tendência de que muitas instituições descrevam vagamente sua realidade, sem que haja, de fato, dados que as ajudem a compreender seu atual status e a desenvolver seu plano estratégico.

Em muitas IES do país, a busca pela qualidade no ensino e na pesquisa é um dos principais itens dos projetos pedagógicos e dos planos de desenvolvimento institucional. **Mas em um país do tamanho do Brasil, é natural que haja grandes diferenças na concepção de qualidade e nos objetivos de cada instituição.** “As universidades e seus programas possuem vocações diferentes”, explica Sônia Bão. Em alguns locais, há maior dedicação às atividades de pesquisa e em outros o ensino está mais no centro; assim como existem universidades que se dedicam a fazer estudos com impacto nacional e internacional, enquanto outras dedicam suas atividades na criação de impactos nas regiões em que estão inseridas. “Não podemos esperar que todos os 7 mil programas de pós-graduação do país tenham o mesmo tipo de internacionalização”, destaca Sônia.

Um exemplo claro é o das World Class Universities, instituições que têm em seu DNA a

AVALIAÇÕES NO REINO UNIDO

REF (Research Excellence Framework):

avalia a pesquisa acadêmica, observa as produções (artigos, patentes, participações em congressos etc.), o impacto (por meio de estudos de caso) e as condições da instituição para apoiar a pesquisa (ambiente de pesquisa).

TEF (Teaching Excellence and Students Outcome Framework):

foca no ensino, avaliando a qualidade dele, as características da universidade (ambiente de aprendizagem) e resultados dos estudantes (como empregabilidade, evasão e satisfação com a universidade).

KEF (Knowledge Exchange Framework):

o mais recente, ainda em implementação, irá estimar como o conhecimento produzido na academia impacta a sociedade e a economia, observando itens como o engajamento das comunidades e as parcerias com negócios, terceiro setor e governo.

proposta de serem internacionais – o modelo integral de internacionalização (*saiba mais no quadro acima*) – e que são justamente as que costumam aparecer no topo dos rankings como as melhores universidades do mundo. Fazem parte dessa lista universidades como Harvard, Stanford e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, e, no Reino Unido, Oxford e Cambridge, entre outras. No Brasil, instituições como a Universidade de São Paulo (USP), a Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) são algumas das que mais se aproximam desse modelo, com a realização de pesquisas de ponta e um alto nível de intercâmbio com parceiros estrangeiros, em relação ao restante do país. “Em todos os países do mundo, há poucas universidades com vocação para ser uma World Class University. Mas as outras também precisam pensar em como irão internacionalizar”, afirma Marília Morosini, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Para cada perfil, uma avaliação

Há outros modelos que podem ser seguidos, como o baseado em mobilidade ou na internacionalização do currículo (*veja nestas páginas*). Em todos os casos, o caminho seguido por cada universidade tende a misturar aspectos de diferentes tipos, como incorporando alguns elementos do modelo de mobilidade e da internacionalização em casa. Essa estratégia é definida no plano de internacionalização, que, idealmente, deve ser discutido pela comunidade universitária antes de sua aprovação. É nesse documento que se explica como as relações com pesquisadores, laboratórios e conteúdos do exterior podem impulsionar a produção acadêmica, o ensino e a pesquisa, mesmo naquelas instituições que pretendem atuar em âmbito local. “A internacionalização tem o objetivo de fazer com que o aluno que está em sala de aula no Brasil tenha acesso a estratégias, recursos, conhecimento e também ao mercado de trabalho internacional”, explica Morosini.

Dependendo do modelo de internacionalização, diferentes critérios de avaliação podem ser utilizados: além da produção acadêmica e da mobilidade, é possível analisar as

ementas dos cursos, a realização de capacitações internacionais e eventos, por exemplo. “É preciso observar também os recursos disponíveis, o corpo acadêmico e suas condições de trabalho e a estrutura de governança da universidade”, exemplifica a professora da PUC-RS, que destaca a importância do suporte institucional para o sucesso das iniciativas de internacionalização.

Modelos de internacionalização

Escolhidos pela comunidade universitária, eles ajudam a definir indicadores de avaliação

INTERNACIONALIZAÇÃO INTEGRAL

O que é: considera a colaboração internacional em ensino e pesquisa como um dos principais pilares da instituição. Inclui as World Class Universities.

Possíveis indicadores:

- Destaque dado à internacionalização em documentos direcionais da instituição
- Descentralização e transversalidade das estratégias de internacionalização
- Número total de países de origem e destino de pessoal em mobilidade



Camila Cunha/PUCRS/Divulgação

- Proporção de pessoal em mobilidade ou estrangeiro em relação ao total da comunidade acadêmica
- Número total de eventos com convidados internacionais
- Proporção de disciplinas oferecidas com EMI em relação às oferecidas no idioma local
- Possibilidade de dupla titulação de estudantes (diploma brasileiro e estrangeiro)

INTERNACIONALIZAÇÃO POR MOBILIDADE

O que é: pautada principalmente no envio e na recepção de estudantes e docentes internacionais.

Possíveis indicadores:

- Número de estudantes, pesquisadores e docentes em mobilidade
- Infraestrutura de apoio ao pessoal em mobilidade – número de bolsas, número de vagas em alojamento, funcionários, programas de apoio institucional
- Existência de estratégias de preparação para mobilidade (alunos em cursos de idiomas oferecidos pela universidade, testes de proficiência etc.)
- Número de convênios estabelecidos com universidades estrangeiras
- Número de pesquisas realizadas em parceria
- Número de professores e funcionários enviados para participação em eventos, realização de cursos ou de pesquisas em parceria em universidades do exterior
- Quantidade de artigos publicados em revistas internacionais ou em parceria com pesquisadores estrangeiros

INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURRÍCULO (Internationalisation of Curriculum/IoC)

O que é: incorporação de dimensões internacionais, globais e interculturais no currículo

lo, nas estratégias de ensino e avaliação e nas demais atividades acadêmicas.

Possíveis indicadores:

- Número de eventos com convidados internacionais
- Quantidade de docentes enviados para eventos ou cursos no exterior
- Quantidade de atividades interculturais realizadas na universidade
- Quantidade de autores estrangeiros em bibliografias de cursos
- Quantidade de disciplinas oferecidas em idiomas estrangeiros
- Disponibilidade de publicações e materiais produzidos em outros idiomas para alunos, professores e funcionários
- Quantidade de estudantes, professores e funcionários com bom domínio de línguas estrangeiras para uso acadêmico

INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA (Internationalisation at Home/IaH)

O que é: incorporação de aspectos interculturais e globais nas atividades acadêmicas.

Possíveis indicadores:

- Número de autores estrangeiros nas bibliografias dos cursos
- Infraestrutura para acesso a conteúdo internacional (rede de internet, computadores nas salas, laboratórios de informática etc.)
- Uso de vídeos e metodologias – como o design thinking ou metodologias ativas de ensino – criados por instituições estrangeiras
- Disponibilidade de formações e atualizações para os docentes que incluam perspectivas internacionais e globais
- Participação em redes de ensino colaborativo e em redes de pesquisa que propiciem trocas entre grupos de dois ou mais países

O complexo exercício de definir INDICADORES

Junto com as metas, eles são determinantes para garantir que os processos avancem

Os diferentes contextos e estágios das universidades no processo de internacionalizar enriquecem as discussões, pois O SISTEMA DE AVALIAÇÃO É PENSADO PARA SER FLEXÍVEL e adaptável.

Tania Lima, diretora de Engajamento Global do King's College London

A busca por recursos continua sendo um dos maiores desafios para a internacionalização. Enviar alunos para o exterior, convidar palestrantes estrangeiros, criar pesquisas em parceria, todas essas iniciativas demandam dinheiro, que nem sempre está disponível – principalmente em momentos de contingenciamento de verbas públicas. Nesse contexto, programas como o Capes-Print, do Governo Federal, e o Universidades para o Mundo - Capacitação & Internacionalização para o Ensino Superior, do British Council, chamam a atenção de instituições que buscam maneiras de se internacionalizar.

A exemplo de outros programas de concessão de recursos, o Capes-Print também exige a apresentação de um diagnóstico da internacionalização das universidades requerentes. Segundo o edital de 2017, era necessário apresentar um documento “demonstrando indicadores dos seus pontos fortes e fracos, vocações institucionais e justificando suas prioridades, com descrição da estrutura existente, inclusive quanto à qualificação de seu corpo técnico para internacionalização”. A chamada também pedia elaboração de metas e indicadores que descrevessem os resultados esperados com o projeto. Ao longo dos quatro anos de duração do programa (2019 a 2022), na prestação de contas, as universidades precisam apresentar

os avanços e os impactos conseguidos por meio do financiamento.

Por ser uma instituição jovem – criada em 1989 – e com baixa internacionalização, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) não pôde ser contemplada pelo primeiro edital, voltada a instituições em estágio mais avançado. Mas segue firme na elaboração de estratégias para aumentar a cooperação com instituições latino-americanas e de outros continentes: a expectativa é que consiga aprovar seu plano de internacionalização em 2020. “Estamos perto de fronteira e na Floresta Amazônica, temos uma conexão bastante forte com países caribenhos e estamos passando por um fluxo migratório muito importante. Por causa desse contexto social, político e estratégico, queremos nos tornar, em breve, um ponto de excelência acadêmica no norte da América do Sul e acreditamos que a internacionalização pode viabilizar isso”, explica Rafael Assunção Rocha, da Coordenadoria de Relações Institucionais.

Parte do esforço para buscar mais recursos e potencializar suas iniciativas coincidiu com o projeto apresentado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) para a quarta chamada do programa Universidades para o Mundo. Uma referência nacional em internacionalização, a Unesp estabeleceu indicadores em seu próprio plano de internacionalização (ve-

ja o quadro abaixo) e, agora, irá desenvolver, em cooperação com o King's College London, no Reino Unido, e com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um modelo de avaliação que possa ser usado também por outras universidades, com indicadores e outras métricas dentro de um sistema de informação. Esse sistema servirá para coletar dados que possam alimentar as decisões e ajustar processos de internacionalização.

O interessante nessa colaboração é a heterogeneidade das instituições participantes: o King's College acaba de lançar um plano estratégico de dez anos; a Unesp está implementando seus projetos com apoio da Capes; já a UFRR e a UFPB estão em fase de desenho das estratégias de internacionalização. “Os diferentes contextos e estágios em que as universidades se encontram no processo são enriquecedores, pois o sistema de avaliação é pensado para ser flexível e adap-

tável segundo a realidade acadêmica local”, conta Tania Lima, diretora de Engajamento Global da instituição inglesa. Para o King's, que tem o Brasil como país prioritário para parcerias há oito anos, o mais interessante até agora foram as trocas com as outras universidades. “Estamos cientes de que cada uma tem uma jornada diferente e quer sua própria mudança, por isso escolher um set comum de indicadores – que depois possa ser adaptado por outras no futuro – é um projeto ambicioso para apenas 18 meses”, relata Tania. Para a UFRR, a expectativa é que a construção desses indicadores possa abrir caminho para novas parcerias. “Identificando quais são nossas limitações, nós podemos focar nessa melhora e, depois de avançarmos, mostrar que os investimentos estão dando resultados e pleitear mais recursos”, afirma Rocha, da Coordenadoria de Relações Internacionais.

Reunir dados, analisar processos
No caso da Unesp, o conjunto de macroindicadores abaixo foi proposto para cada uma das dimensões (nos círculos) de seu Plano Estratégico de Internacionalização 2018-2021.



RESPONSABILIDADE no uso dos recursos

Accountability norteia o acompanhamento dos planos de internacionalização



Frank Noon Photography

Patricio Pereira Marinho, da Diretoria de Relações Internacionais da Capes, participa de mesa de debates em Londres.

A noção de que as universidades precisam prestar contas dos resultados alcançados por seus projetos está no cerne de avaliações externas, principalmente em instituições que usam dinheiro público para financiar suas atividades. “A exigência de maior accountability e transparência na governança de universidade corresponde à urgente demanda por medidas válidas de internacionalização”, destaca Catherine Yuan Gao, no livro *Measuring University Internationalization*.

Hoje, no Brasil, a principal medida de internacionalização é feita pela Capes. Durante as avaliações dos programas de pós-gradua-

ção, as notas 6 e 7 na avaliação geral são dependentes de requisitos ligados a aspectos como a produtividade e a formação de mestres e doutores, e restritas a programas com alto nível de internacionalização. Os principais fatores avaliados estão relacionados à mobilidade – a presença de estrangeiros no programa, assim como a ida de pesquisadores para atividades no exterior –, à realização de parcerias – por exemplo, o recebimento de financiamento de agências ou organismos estrangeiros – e à produtividade – publicação de artigos em periódicos internacionais ou desenvolvimento de produtos frutos de pesqui-

sas em parceria. “Publicações e mobilidade são os principais itens que conseguimos medir”, afirma Sônia Bão, diretora de avaliação da Capes. No entanto, a entidade já organiza uma mudança no seu sistema de avaliação, baseada na ideia de multidimensionalidade: em vez de atribuir notas numéricas, a avaliação trará resultados separados para diferentes critérios, como a formação de mestres e doutores, a internacionalização e o impacto das pesquisas. “Queremos trazer para o primeiro plano esses critérios”, diz Bão. **Os detalhes do modelo ainda estão em discussão com as IES, mas há a expectativa de que algumas mudanças sejam feitas no que se refere à internacionalização:** “Estamos aprimorando os indicadores de avaliação, principalmente para a ideia de mão dupla. Hoje, avalia-se muito a ida para o exterior e pouco é incorporado da vinda para o Brasil”, destaca a diretora. Segundo ela, a Capes incentiva o aumento da atratividade do país para a vinda de pesquisadores e estudantes estrangeiros (veja *números de mobilidade na página 15*).

É de olho nessas mudanças que a Fundação Getulio Vargas (FGV) está criando uma nova matriz avaliativa para a instituição. A iniciativa foi selecionada pela quarta chamada do programa Universidades para o Mundo e será realizada em parceria com a Warwick University, do Reino Unido. A ideia é conhecer mais a fundo a experiência britânica com o Research Excellence Framework/REF (leia na página 23) e construir uma ferramenta que ajude a FGV a avaliar suas produções acadêmicas.

A instituição já tem um alto nível de internacionalização e é reconhecida como referência internacional nas áreas de Direito, Ciências Sociais, Administração, Economia e Gestão Pública. Em 2019, foi eleita pelo *Global Go To Think Tanks Index* como o quinto melhor think tank do mundo. Com a missão

de “estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional”, a FGV – uma entidade filantrópica – quer realizar avaliações de impacto sobre sua produção acadêmica. Esse tipo de análise está presente no REF e também deve ser incluído no novo modelo proposto pela Capes. “Queremos influenciar a Capes”, anuncia Goret Pereira Paulo, diretora de Pesquisa e Inovação. Segundo ela, a proposta é que essa avaliação seja feita pela elaboração de estudos de caso de pesquisas indicadas pelas entidades avaliadas (programas de pós-graduação ou instituições). “Para a internacionalização, é possível que se construa um relato demonstrando os impactos conseguidos tanto pela instituição brasileira quanto pelo parceiro internacional”, explica.

Na FGV, a criação desse instrumento também tem uma segunda função: articular as iniciativas das diferentes unidades – como a Escola de Direito do Rio de Janeiro ou a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – para garantir que elas estejam alinhadas à missão da instituição. “O maior resultado esperado é potencializar o processo de internacionalização de forma institucional, e não por meio de iniciativas individuais, e gerar contribuições que tenham impacto positivo para a sociedade brasileira”, ressalta Goret. ■



75% dos pesquisadores do Reino Unido consideram **accountability** um importante motivador de mudanças no ambiente de pesquisa.

Fonte: The Changing Research Landscape and Reflections on National Research Assessment in the Future/ Research England (2019)

Fonte: relatório produzido pelo European Project Indicators for Mapping & Profiling Internationalization (2010)

TRÊS PRINCIPAIS USOS PARA INDICADORES SOBRE RELAÇÕES COM UNIVERSIDADES DO EXTERIOR.



MAPEAMENTO
Identificar o estágio de internacionalização da instituição.



AValiação
Examinar o valor dos esforços nessa área.



PERFIL
Definir a identidade da instituição, pontos fortes e ambições no âmbito internacional.



O IDIOMA COMO OPORTUNIDADE

Políticas linguísticas constituem uma parte essencial dos planos de internacionalização e as universidades brasileiras cada vez mais se estruturam para aumentar a proficiência de sua comunidade, que inclui estudantes, acadêmicos e colaboradores da área administrativa. A preocupação com a ampliação de trocas de conhecimentos com parceiros estrangeiros e a publicação de pesquisas em revistas internacionais motivam uma série de estratégias na área de línguas. A tendência de internacionalização em casa reforça a oferta de disciplinas ministradas em inglês na graduação e na pós-graduação e faz nascer novos arranjos, como aulas entre turmas no Brasil e no exterior, mediadas pelo idioma e pela tecnologia.

Uma cifra reflete bem a relevância internacional do inglês: além de ser o idioma mais falado no mundo, 66% dos falantes o aprenderam como sua segunda língua (veja números absolutos no quadro ao lado). Nas esferas de graduação, pós-graduação e extensão, o inglês permeia tanto a aquisição de conhecimentos como os processos de internacionalização, impactando desde a colaboração de ensino e pesquisa entre acadêmicos e cientistas de vários países até o dia a dia das equipes administrativas das universidades.

Embora cursos de línguas sejam uma constante dentro dos campi, muitas vezes há décadas, a oferta se multiplicou diante da necessidade de internacionalização – principalmente após o programa Ciência sem Fronteiras (2011 a 2017) e, por consequência, a criação do Idiomas sem Fronteiras (IsF), que funcionou de 2012 a 2019. **Os documentos específicos sobre políticas linguísticas são recentes. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, que tem o maior número de alunos na América Latina, só oficializou a sua em agosto de 2018.** Muitas instituições ainda estão em processo de consolidação e debate de suas políticas na área.

“A ideia é que a universidade seja um ambiente plurilíngue, multicultural e que valorize o cidadão global”, diz Eliane Segati Rios Registro, coordenadora estadual do Programa Paraná Fala Idiomas. Mesmo que a tendência seja respeitar os vários idiomas – e o Brasil faz fronteira com sete países de língua espanhola –, a língua inglesa ainda é o elemento central nas ações das universidades e ampliar sua aquisição continua sendo um desafio. “Estudantes, professores e funcionários têm poucas oportunidades de usar a língua em situações reais, o que impacta a proficiência oral, as tratativas de acordos, a discussão de temas de pesquisa e até mesmo a interação social”, observa ela.

INGLÊS: a segunda língua de mais de 750 milhões de pessoas

Total de falantes
1.132.366.680

Total de falantes nativos
379.007.140

Cerca de **15%** da população mundial fala inglês, mas para **66%** dos falantes ela foi o 2º idioma aprendido

As línguas mais faladas no mundo (quantidade de falantes em milhões)

1 Inglês	1.132
2 Mandarim	1.117
3 Hindu	615
4 Espanhol	534
5 Francês	280
9 Português	234

Mandarim e espanhol têm mais falantes nativos: são **918 milhões** de chineses e **460 milhões** de pessoas em países de língua espanhola.

A política linguística é peça-chave dentro de uma política maior, a de internacionalização, na visão de Eliane, que também é coordenadora de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp). Segundo ela, é preciso considerar a natureza da universidade e seu contexto e ver quais idiomas e ações amparam a internacionalização e suas prioridades. E ainda verificar quais são as necessidades linguísticas para que se publique em revistas de alto impacto, para realizar operações internacionais ou programas de dupla titulação, por exemplo.

Fonte: **Infográfico do Wordtips**, baseado em *Ethnologue: Languages of the World, 22nd edition (2019)*

AÇÕES nas universidades

Maior oferta de cursos de inglês procura sanar lacunas da educação básica

Maria Lucia Castanheira (à esq.), da UFMG, e Marilyn Martin-Jones, da Universidade de Birmingham, colaboraram em pesquisa sobre políticas linguísticas.

O impulso à internacionalização não decola sem investimentos para aumentar os níveis de proficiência linguística no ensino superior. Segundo uma pesquisa do programa Idiomas sem Fronteiras, 77% da comunidade acadêmica brasileira alcança apenas até o nível B1, na definição do Common European Framework of Reference for Languages (CEFR), ou intermediário, que não permite estudar ou trabalhar exclusivamente em inglês. “É difícil entender o cenário de desenvolvimento da língua inglesa no Brasil entre acadêmicos, estudantes e equipes de gestão e administração das universidades, pois temos poucos dados”,

comenta Cíntia Gonçalves, gerente sênior de Inglês do British Council. Em uma população de mais de 200 milhões, não mais do que 5% das pessoas atestam seu conhecimento do idioma (dado baseado em autodeclaração). Entre os jovens de 18 a 24 anos, 10,3% dizem saber inglês, conforme pesquisa encomendada pelo British Council em 2013. Por isso o papel da organização é apoiar iniciativas que ajudem a entender o contexto acadêmico, como o guia *English as a Medium of Instruction* (EMI) 2018-2019, realizado em conjunto com a Fautai, que listou 1.000 cursos em 70 universidades brasileiras, e a chamada UK-BR English



Frank Noon Photography

Collaboration Call, que fomentou, entre outros, seis projetos de pesquisa sobre políticas linguísticas em processos de internacionalização, que terão seus resultados apresentados no primeiro semestre de 2020.

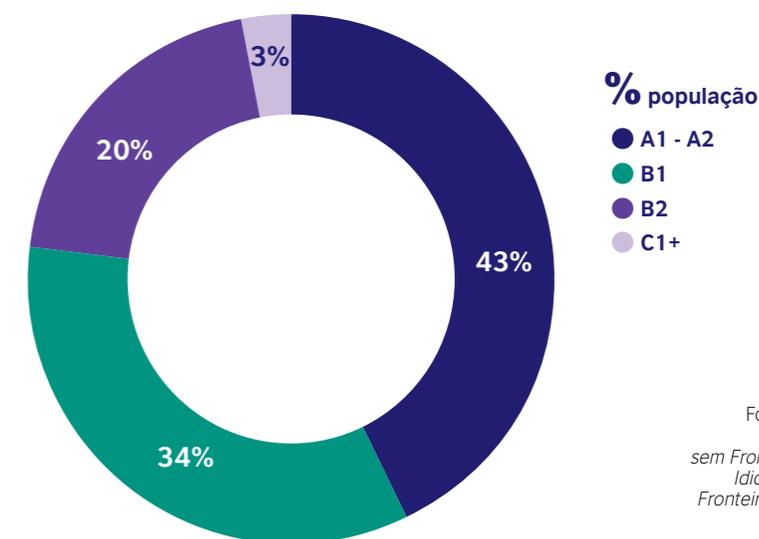
A baixa qualidade das aulas de inglês no ensino fundamental e médio das escolas públicas brasileiras tem impacto direto nas ações de internacionalização e nas políticas linguísticas. O aluno chega às universidades despreparado e muitas vezes precisa cursar o idioma em nível iniciante. Por isso, outra linha de pesquisa do edital realizado pelo British Council aborda o aprimoramento de ensino e aprendizagem na escola pública. **A obrigatoriedade do Inglês foi determinada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas a desvalorização da carreira docente não atrai os recém-formados.** “Lamentavelmente muitos dos melhores estudantes nem começam a dar aulas. Usam a graduação para aprender a língua, e, mesmo na licenciatura, alguns não têm intenção de ser professores. Entre os que tentam, muitos abandonam, pois passam em concurso público e são alocados nos piores lugares e sem orientação. É triste”, reconhece Inês Kayon de Miller, professora das Licenciaturas do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ela atua na área de Linguística Aplicada, com ênfase em formação inicial e continuada de professores, e participou de estudo em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Regent’s, de Londres, sobre a Prática Exploratória, abordagem usada na formação de professores de Inglês.

Presente em discussão sobre as políticas linguística no evento UK-BR Internacionalização e Políticas Linguísticas na Educação Superior, em Londres, Laura Izzara, da Agência de Cooperação Acadêmica Nacional e Inter-

nacional da USP (Aucani-USP), sustenta que é preciso promover projetos em conjunto com escolas públicas para melhorar a qualidade do idioma desde a educação básica. “Uma ideia seria envolver associações de educadores e as universidades públicas para oferecer treinamento e formação de professores, com apoio de secretarias de educação”, opinou Laura. Todos os anos a USP recebe alunos que não tiveram boa base de línguas estrangeiras em escolas públicas ou privadas. Seguindo os princípios de inclusão acadêmica e democratização do acesso, o desafio é ter uma oferta regular e crescente. “Atendemos centenas de estudantes, mas não é comparável ao universo USP, que, além do Butantã, tem outros nove campi, contando os da capital e no estado”, ressalta Luciana Carvalho Fonseca, coordenadora pedagógica no Centro de Línguas da Letras da USP e na Aucani.

A partir do segundo semestre de 2014, a oferta de cursos e exames de proficiência na universidade deu um salto (veja quadro na próxima página) devido à estratégia “Inglês

A proficiência de estudantes brasileiros (CEFR)



Fonte: livro *Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras* (2016)

na USP”, que integrou ações antigas, como cursos presenciais e os cursos online, a novas iniciativas, como a entrada no programa IsF e o Programa Language Education at USP (LEUSP). Este último cumpre uma parte importante da política linguística da universidade: a necessidade de fomentar a formação dos alunos de pós-graduação e graduação para o ensino de línguas para o contexto acadêmico e a importância da iniciação à docência. Em outras palavras, são graduandos do curso de Letras, pós-graduandos da USP e pós-graduandos em Linguística Aplicada de universidades estrangeiras parceiras que dão aulas para estudantes, docentes e funcionários nos

campi. “Para isso, os alunos envolvidos recebem formação pedagógica em ensino de língua estrangeira pela coordenação na Aucani”, explica Luciana. Como os campi da capital e do interior têm suas especificidades, os cursos levam em conta a vocação de cada um. As distâncias também exigem planejamento de cursos híbridos (parte intensivo presencial e parte online). Mas as prioridades do Inglês na USP, como apoio à área de internacionalização, são as mesmas para todos:

- Exames de proficiência
- Comunicação acadêmica em inglês para publicações em revistas internacionais
- Submissão de projetos para agências de fomento
- Domínio de comunicação oral para congressos, palestras e cursos em inglês

A oferta abundante de aulas de inglês na USP também contava com recursos do Idiomas sem Fronteiras, programa do MEC que foi descontinuado em maio de 2019 e encerrado em dezembro. “Quem ingressou no IsF teve que formalizar sua política linguística e isso foi produtivo. Por conta dele, as universidades começaram a se articular, compartilhar palestrantes internacionais, colocar pesquisadores em contato. Sei que as federais sentiram muito o fim do programa”, comenta Luciana. A coordenadora observa também que uma das dificuldades dos pesquisadores é a publicação em inglês, pois eles muitas vezes não dominam a língua e não conseguem bancar do próprio bolso uma tradução de qualidade. “Acredito que se a Capes investisse em uma linha de financiamento direcionada para traduções, poderia gerar um impacto de curto prazo na ampliação do conhecimento sobre o trabalho acadêmico e científico brasileiro.”

Ação inclusiva de comunicação acadêmica em inglês na USP

CURSOS PRESENCIAIS
 **800**
 alunos em 2013
10.496
 alunos (2014-2019)

CURSOS ONLINE
38.860
 alunos (2014-2019)



EXAMES TOEFL
 **zero**
 exames até 2014
14.140
 exames (2015-2019)

Fonte: Apresentação Aucani-USP (2020)



Frank Noon Photography

OLHAR sobre a América Latina

Líder de Programas de Ensino de Língua Inglesa na Universidade de East London, **Mario R. Moya** estuda como o idioma é usado no ensino superior em vários países, em disciplinas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

No seminário em Londres, você mencionou que os países da América Latina têm abordagens diversas em relação à internacionalização. Poderia comentar?

São tantos países, com visões variadas entre si. Há dois modelos que costumam ocorrer na América Latina, um é dirigido por políticas impostas por um ministério que cuida da educação (policy driven), e outro por pessoas-chave da universidade que identificam necessidades e respondem a elas (model driven). Em geral, houve uma tendência de olhar modelos da Europa ou dos Estados Unidos como marca de qualidade, mas isso custou tempo que poderia ter sido empregado em ver as boas práticas acontecendo na região.

O termo descolonização do ensino superior está presente em artigos e debates. Qual a sua visão a respeito?

Essa agenda é muito importante e inclui respeitar o próprio contexto para a construção

do melhor modelo (de ensino superior), olhando mais para dentro do que para fora. Em alguns países o inglês ainda é visto como o idioma da opressão, e há também pessoas reativas ao termo internacionalização.

O que você pensa sobre o ensino de línguas na região?

No Chile, na Argentina, no Brasil, no México e na Colômbia, fiquei muito impressionado sobre como lidam com o ensino e a aprendizagem de inglês nas instituições que conheci, embora eu tenha o viés de ter visitado universidades renomadas, como a USP. Acho que no caso do Brasil, seria muito importante se falar de idiomas, no plural, e não apenas de língua inglesa. Tanto pelas fronteiras como pelo intercâmbio cultural, o espanhol tem relevância. Se o inglês ainda é barreira para muitos, acredito que se as publicações acadêmicas tivessem versões nas duas línguas (português e espanhol), as trocas de conhecimento na região sairiam fortalecidas.



Vera Oliveira, gerente sênior de Educação Superior e Ciência do British Council, no evento em Londres.

Frank Noon Photography

Questões-chave nas POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Publicações, eventos internacionais, acolhida de estudantes e professores e uso de tecnologia aumentam demandas para equipes acadêmicas e administrativas

Não existe um modelo ou estrutura-padrão para desenhar uma política linguística, mas quem se lança ao desafio costuma alinhar duas variáveis: as práticas já em curso dentro da universidade e os objetivos que se deseja alcançar. Se a universidade recebe muitos alunos de fora, precisa garantir cursos de língua portuguesa para estrangeiros, por exemplo. Se está próxima de fronteiras internacionais, também pode ofertar o espanhol. A Universidade de Brasília (UnB) recebe muitos estudantes da América Latina e estimula o multiculturalismo no campus. Tem o maior centro de idiomas universitário do país, que atende 12 mil alunos por ano (ao todo são 50 mil estudantes e 3 mil professores) e oferece mais de 12 línguas para estudo. “Temos uma demanda maior do que conseguimos atender para cursos de português como língua estrangeira, dificuldade de espaço físico para acolher atividades e os apartamentos para alunos de

fora precisam de reforma e mobiliário”, relata Virgílio Pereira de Almeida, diretor da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) da UnB. Tudo exige recursos, que dependem de governo, parcerias e financiamentos externos. Entre outras medidas para cumprir as metas do atual Plano de Internacionalização da UnB (2018-2022), já foram traduzidas e estão sendo incluídas em um sistema as 19 mil disciplinas da universidade, para facilitar a vida de quem precisa pedir o histórico acadêmico em língua inglesa (*veja outras medidas para fortalecer o multilinguismo no boxe ao lado*). “É um desafio estruturar um ambiente acadêmico que seja internacional e discuta questões globais, sem negligenciar comunidades locais. Envolve até cuidados com a sinalização do campus e a capacidade dos servidores de prestar informações em várias línguas”, explica Almeida. Ao mesmo tempo em que quer ampliar oportunidades para alunos de fora, a UnB precisa preparar seus estudantes para acompanhar aulas dadas em instituições internacionais com as quais tem acordos de parceria (mais de 230 atualmente). Nos últimos anos, dois editais foram abertos para trazer professores estrangeiros, o primeiro contratou 22 e o segundo espera preencher 50 vagas ainda este ano para trabalhar em graduação, pós-graduação e pesquisa.

A internacionalização traz muitas demandas de aprimoramento da língua inglesa, pois ela é usada na redação de artigos científicos, na apresentação de conferências, em acordos de parceria, em projetos para agências de fomento e em formações específicas para professores (como os que querem ministrar disciplinas em inglês – EMI). Uma pesquisa etnográfica sobre o inglês no desenvolvimento da política e da prática linguística*, feita em colaboração entre pesquisadores da Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, analisou políticas relacionadas à internacionalização, olhando de perto iniciativas e desafios no uso da língua inglesa. “Investigando o cotidiano das universidades, ficaram evidentes as implicações para as pessoas, por conta de novas demandas. Se não há alguém capacitado para fazer contatos para um evento internacional, por exemplo, acaba-se sobrecarregando um professor”, conta Maria Lucia Castanheira, professora da UFMG e integrante do grupo de pesquisadores. Para efetivar os programas de formação, além de considerar aportes financeiros, infraestrutura e recursos humanos, é preciso reservar tempo. “Em uma das instituições, os funcionários são liberados do trabalho algumas horas por semana para fazer cursos de línguas.”

O estudo gerou importantes considerações para quem vai pensar e planejar a implementação das políticas linguísticas, entre outros aspectos investigados:

- 1** – Desenhar políticas alinhadas com práticas existentes. Uma única política linguística talvez não abarque a diversidade de disciplinas e áreas de conhecimento da universidade.
- 2** – Priorizar membros mais novos da equipe acadêmica e estudantes de doutorado nos incentivos à mobilidade e no suporte para publicação em inglês.
- 3** – Destacar pessoas com bons níveis de proficiência e habilidades como tradução e interpretação para apoiar ações de internacionalização.
- 4** – Fornecer suporte administrativo, pois aumentou o volume de trabalho e o uso de tecnologia pelos acadêmicos para desenvolver e consolidar redes de pesquisa.
- 5** – Providenciar apoio e formação linguística para funcionários administrativos e os que recebem visitantes internacionais.

MEDIDAS PARA UMA UnB MULTILÍNGUE

- **Adoção de uma segunda língua de trabalho para promover a abertura da UnB para o mundo e estimular acadêmicos a se internacionalizar.**
- **Estímulo ao uso de línguas estrangeiras em sala de aula ou em outros contextos acadêmicos – EMI.**
- **Tradução de páginas web da UnB para o inglês.**
- **Criação de uma lista de disciplinas oferecidas em línguas estrangeiras.**
- **Organização de eventos científicos com apresentações em línguas estrangeiras.**
- **Recepção de teses e dissertações em outras línguas.**
- **Criação de revistas multilíngue de livre acesso para difundir pesquisas realizadas com base em cooperação internacional.**

Fonte: Plano de Internacionalização da UnB (2018-2022)

* Para saber mais sobre a pesquisa Paisagens de Língua e Letramento em Mudança: o Inglês no Desenvolvimento da Política e da Prática Linguística e outras sete financiadas no UK-BR English Collaboration Call, [acesse aqui](#)

DISCIPLINAS em inglês e INTERCÂMBIO virtual

Alternativas ou complemento à mobilidade, eles impulsionam a internacionalização em casa

Ampliar a oferta de experiências de intercâmbio para estudantes de graduação ou de pós-graduação é uma vontade de muitas instituições, mas esbarra em obstáculos como a limitação de recursos. Tornar o ambiente das universidades mais internacional e estreitar a aproximação com a língua é uma solução cada vez mais adotada. Além de trazer professores e pesquisadores de fora, o que também exige investimento, uma das alternativas é formar professores para ministrar disciplinas em modelo EMI (veja explicação ao lado). Como a prática é bastante recente e as instituições têm visões diferentes sobre o que consideram EMI (a quanto inglês os alunos estão expostos pode variar, por exemplo), o tema é suscetível a discussões e ainda carece de pesquisas específicas.

Investigar as atitudes em relação ao EMI e até que ponto os saberes linguísticos dos envolvidos nas aulas impactam no processo de aprendizagem motivaram duas pesquisas financiadas na UK-BR English Collaboration Call, publicadas no relatório Framing English language applied research (saiba mais [aqui](#)). A prática acontece em sete universidades estaduais do Paraná. “A proficiência não precisa estar ligada aos níveis B2 ou C1, mas tem que garantir que o professor tenha as competências mínimas e o estudante também, para acompanhar”, destaca a pesquisadora Eliane

Segati Rios Registro, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), participante de um dos estudos, junto com Cambridge Assessment English. Segundo ela, é necessário pensar em uma regulação institucional para o EMI. Isso inclui, por exemplo, fazer valer os créditos para os alunos e reconhecer o aumento de trabalho do professor, que por ora não recebe adicional salarial pela dedicação extra ao dar aulas em inglês. Outro estudo, parceria entre as Universidades de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e a Goldsmiths, de Londres, descobriu que comunicar é o mais importante no EMI. “Os participantes se preocupam mais em registrar suas ideias de forma inteligível do que em acertar nos aspectos linguísticos. Já os professores querem que os estudantes se acostumem a usar o inglês para não ter dificuldades em ouvir palestras ou escrever artigos. O inglês é percebido como ferramenta de comunicação acadêmica”, observa Telma Gimenez, pesquisadora da UEL.

Para Samantha Curle, professora da Universidade de Bath, EMI combina a motivação pelo uso da língua à aquisição de conhecimento e de conteúdo. Mas é preciso desmistificar uma série de mitos, um deles é o de que os estudantes terão melhor empregabilidade por cursarem as disciplinas em inglês. Isso não se provou verdadeiro na China, porque os estudantes não usam o idioma em suas carreiras. No Japão, EMI virou tendência, mas

retrocedeu, pois viram que não compensa estudar Direito em inglês, por exemplo, se o advogado ou juiz irá se expressar em japonês. “É preciso, antes de tudo, considerar o contexto e o que se deseja atingir por meio do inglês”, diz Samantha. Um dos maiores estudiosos do assunto, o professor Ernesto Macaro, da Universidade de Oxford, faz recomendações para quem deseja inserir EMI na política linguística da universidade: “É necessário decidir o modelo que se quer seguir, obter o suporte do departamento de inglês e fazer investimentos pedagógicos para que tudo funcione”. Segundo ele, nos lugares em que EMI foi mais bem-sucedido havia a presença de especialistas em língua inglesa e de conteúdo trabalhando juntos no mesmo curso.

Frank Noon Photography



Eliane Registro, do Programa Paraná Fala Idiomas, e Maria Leonor Maia (à dir.), da UFPE: na linha de frente de iniciativas de política linguística.

Separados pelo oceano

Brave – Brazilian Virtual Exchange. Essa é a sigla que está sendo adotada no Brasil para os programas de COIL (veja o quadro), que tratam de “mobilidade acadêmica virtual”. No caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), os estudantes de graduação cursam disciplinas com interface internacional, ministradas online em parceria com universidades estrangeiras. O modelo difere do EAD por serem salas de aula presenciais, com os alunos interagindo de forma síncrona ou assíncrona, usando um ambiente virtual de aprendizagem e aplicativos. Em geral são cursos que duram de oito a dez semanas, desenvolvidos por dois professores, um no Brasil e outro fora. “Os investimentos não são altos, envolvem mais o tempo de capacitação dos professores. Como a oferta de bolsas para intercâmbio diminuiu bastante, conseguimos atingir mais estudantes dessa forma. São 50 a 60 por semestre em mobilidade real e 13 turmas com até 20 alunos cada no Brave”, conta Maria Leonor Maia, diretora de Relações Internacionais da UFPE.

“Juntar três turmas para discutir Sustentabilidade em Odontologia e trabalhar em colaboração virtual foi possível por meio da rede COIL SUNY, no primeiro semestre de 2019. Meus estudantes de graduação da UFPE tiveram contato com alunos de nível técnico de laboratório odontológico na África do Sul e com cursistas de uma formação de assistentes de consultório nos Estados Unidos. Nosso maior desafio foi gerenciar o fuso horário. Planejamos três webconferências durante o semestre, o restante foram momentos assíncronos. Atualmente, o projeto acontece só entre duas turmas. As discussões e os estudos geraram imagens, vídeos, explicações e legendas para um perfil que criei no Instagram, o Green Dentistry Tips. Ver o entusiasmo dos estudantes e trocar conhecimento com os professores foram os maiores ganhos. Aprendi outras metodologias de ensino, visitei a Universidade de Durban, apresentei o trabalho em dois congressos e estou escrevendo um artigo em conjunto com a professora sul-africana.”

Fábio de Souza é professor da Faculdade de Odontologia da UFPE e participa do programa Brave

“A disciplina me atraiu por ser internacional e porque eu queria buscar maneiras mais sustentáveis de lidar no consultório. Achei interessante, pois tivemos contato com pessoas de várias áreas e idades. A única crítica é que alguns estudantes não interagem tanto nas redes e no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). Trabalhamos juntos para fazer um banner de congresso sobre o tema barreiras de proteção sustentáveis e produzimos material para um perfil internacional de Instagram. Deu para perceber como a odonto é diferente nos lugares, cada um tem suas tecnologias, materiais e jeitos de lidar.”

Ingrid Melo Schüler Arreguy é graduanda de Odontologia na UFPE e cursou a disciplina optativa Sustentabilidade em Odontologia em 2019



Fernando Vivas

John Knagg

Pesquisador e consultor de língua inglesa

20 ideias para POLÍTICA LINGUÍSTICA

Ao desenhá-la, é necessário pensar em objetivos, processo de criação e implementação e conteúdos possíveis

Muitas universidades ao redor do mundo instituíram políticas linguísticas em resposta ao aumento da internacionalização e ao consequente aumento do uso de diferentes idiomas nas universidades, e como parte de suas estratégias de marketing e recrutamento. Algumas políticas visam solucionar problemas que surgiram em resposta às tensões percebidas entre diferentes idiomas na comunidade local ou entre a língua local e os idiomas internacionais (especialmente o inglês). Para a maioria das universidades no Brasil, é provável que a política linguística faça parte de ambições mais amplas de internacionalização e da estratégia institucional, com objetivo de:

- ✓ Atrair e beneficiar estudantes locais (e talvez funcionários) com as oportunidades internacionais de mobilidade e emprego que a proficiência em idioma traz;
- ✓ Atrair estudantes internacionais (e talvez funcionários);
- ✓ Aumentar a colaboração internacional em pesquisa, intercâmbio de estudantes etc.;

✓ Aumentar, no geral, a reputação, o prestígio e a posição da universidade em rankings.

O processo de criação de uma política linguística será mais bem-sucedido se for inclusivo e participativo. Em particular, ele não deve ser deixado exclusivamente para o centro de idiomas e seus especialistas. As faculdades e seus departamentos também devem estar envolvidos, assim como as áreas de planejamento estratégico e comunicação. O processo também precisa de apoio da alta gerência.

O conteúdo de uma política linguística escrita será diferente de acordo com o contexto e a missão de cada universidade, e pode incluir:

- 1 – A missão local, nacional e internacional** da universidade (ou faculdade etc.);
- 2 – O objetivo da política linguística** dentro dessa missão;
- 3 – A cobertura da política:** universidade, faculdade, departamento, curso;

4 – O público-alvo da política: atuais e futuros estudantes locais ou internacionais, professores, pesquisadores, gerentes, administradores;

5 – O idioma oficial. No Brasil, as universidades estão inseridas em um ambiente legal e regulatório que utiliza o português;

6 – Os benefícios da proficiência em inglês ou em outros idiomas internacionais para os estudantes locais;

7 – As expectativas da universidade quanto ao nível de proficiência em inglês ou em outros idiomas (em relação ao CEFR) de estudantes no momento da admissão, durante o programa ou na formatura – seja ela obrigatória ou apenas incentivada –, e formas de avaliar o conhecimento do idioma;

8 – O suporte ao aprendizado de idiomas que a universidade oferece para atingir esses níveis, incluindo aulas formais (Inglês Geral, Inglês para Fins Acadêmicos ou Inglês para Fins Específicos), suporte online, exames, clubes de conversação, grupos de aconselhamento e apoio;

9 – Os níveis de idioma esperados dos professores envolvidos na pesquisa e colaboração acadêmica internacional e que representam a universidade em conferências e reuniões. E qual suporte disponível no aprimoramento especializado em idiomas, tradução e revisão de propostas de pesquisa, artigos acadêmicos ou preparação de apresentações;

10 – As expectativas da proficiência em idioma estrangeiro e seu uso pela equipe acadêmica e não acadêmica que faz gerenciamento e suporte, e qual o apoio disponível às equipes;

11 – O idioma utilizado para instrução na universidade, faculdade, departamento ou curso. Se houver English as a Medium of Instruction (EMI), esclarecer quem decide sobre sua utilização e como é aprovado e comunicado;

12 – Para o EMI, o nível de idioma exigido dos alunos na admissão, o método de avaliação e o apoio disponível durante o curso;

13 – Para o EMI, professores com permissão para lecionar, o nível de idioma e a experiência em EMI exigidos deles, e o suporte ou treinamento necessários ou disponíveis para esses professores;

14 – O modelo e as regras para o EMI – se será somente em inglês, ou português ou outros idiomas que podem ser usados em palestras, discussões em grupo, listas de leitura, trabalho escrito, exames e avaliações;

15 – Para estudantes e funcionários internacionais, o nível de proficiência em português necessário ou desejado e os recursos e suporte disponíveis;

16 – Comunicações externas que devem estar em inglês ou em outros idiomas, incluindo partes de sites e mídias sociais;

17 – Considerações sobre grupos em vulnerabilidade social ou com deficiência de acordo com os valores da universidade;

18 – Uma declaração de como a política linguística e sua implementação devem ter sua **qualidade assegurada e monitorada**;

19 – Deve ficar claro se a política é composta de recomendações gerais, metas e ambições, ou de **regras e regulamentos** a serem seguidos, ou uma combinação de ambos;

20 – Deve ficar claro o **quão centralizada** ou descentralizada é a política em cada área.

A criação de uma política linguística é apenas o primeiro passo. Ela precisa ser implementada. Uma implementação bem-sucedida requer planejamento de comunicação interna e externa abrangente e contínua, que deve basear-se em informar, discutir e obter feedback, ao invés de impor.

Quando bem projetada e comunicada, uma política linguística pode levar a uma maior satisfação de estudantes e funcionários locais e internacionais, pois suas expectativas foram estruturadas e atendidas. Isso contribui para o perfil e o prestígio da instituição como uma universidade internacionalizada. ■

John Knagg foi chefe global de Pesquisa e Consultoria para Inglês no British Council, é Fellow of the Academy of Social Sciences (FACSS) do Reino Unido e agora trabalha em projetos de idiomas e educação internacionalmente.
Contato: john.knagg@gmail.com



PESQUISAS DE IMPACTO

Promover mudanças, e que respondam aos desafios contemporâneos. Cada vez mais, as universidades são cobradas para demonstrar a relevância das pesquisas, particularmente aqueles resultados que são visíveis e aplicados à população, ou seja, que gerem impacto social. É o caso de estudos biológicos e clínicos que compreendem doenças e riscos de epidemia – como do vírus zika – e propõem soluções para conter situações que poderiam ganhar escala mundial. Também entram nessa conta trabalhos que tenham uma grande repercussão na sua área de conhecimento e sirvam como referência para que outros estudiosos produzam novas investigações.

Em avaliações institucionais, na procura por apoios financeiros, na comunicação com o público: em todas essas situações, os holofotes têm se direcionado à busca por impacto. Por mais que pareça intuitivo, o significado dessa palavra e a maneira de avaliá-lo podem ser tarefas complexas para muitas instituições. A Universidade de York, no Reino Unido, define impacto como “o efeito da pesquisa para além da academia”, ou seja, quando o conhecimento gerado pela pesquisa contribui ou influencia debates científicos, culturais, econômicos, sobre o meio ambiente, entre outros.

No Brasil, a visão mais comum de impacto é a relacionada à publicação em revistas e à citação por outros pesquisadores. Uma segunda visão é o impacto econômico, associado ao registro de patentes ou à adoção dessa patente por alguma indústria. Existe também o impacto social, cuja definição varia de acordo com o que foi estudado. A Capes deve aumentar em breve a importância do impacto econômico e social nas avaliações dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. No Reino Unido, que já possui uma tradição consolidada nesse tipo de análise, o UK Research and Innovation (UKRI) realiza a diferenciação entre impactos acadêmicos e impactos sociais e econômicos. Conforme a instituição, no primeiro se enquadram as evidências da contribuição de uma pesquisa para avanços, seja em aspectos teóricos, práticos ou metodológicos. **Já os impactos sociais e econômicos estão relacionados às diversas maneiras que conhecimentos decorrentes das pesquisas podem beneficiar indivíduos, organizações e sociedades.** Como exemplos, eles incluem: fomentar a performance econômica mundial, aumentar a eficiência de serviços públicos e políticas públicas ou melhorar a qualidade de vida e da saúde das populações.

Por causa do Research Excellence Framework (REF), as universidades britânicas precisam construir um portfólio que mostre os principais impactos causados pelas suas pesquisas. Entram aí, por exemplo, descrições sobre o desenvolvimento por pesquisadores da Universidade de Oxford de um sistema inteligente para localizar bombas de água quebradas em países africanos que reduziu de 30 para três dias o tempo médio de conserto desses instrumentos no Quênia (*saiba mais [aqui](#)*). Também aparece uma pesquisa do King's College London que, ao identificar o papel da linguagem nas comunicações sobre saúde, influenciou empresas e organizações estatais a repensar a maneira como se endereçavam ao público (*leia mais sobre esse estudo [aqui](#)*).

Interagir e comunicar descobertas da Ciência

As instituições britânicas diferenciam impacto e os caminhos para alcançá-lo. O impacto está relacionado a ações que não estão sob controle direto dos cientistas ou dos órgãos de pesquisa. Já os caminhos estão ligados às atividades que podem aumentar a probabilidade de que uma pesquisa gere impacto. “Apresentar evidências a um comitê seletivo, trabalhar com uma empresa ou contribuir com uma exposição em um museu não são impacto. Eles se tornariam impactos se as pessoas ou as organizações envolvidas de alguma maneira fizessem, experimentassem ou entendessem algo de modo diferente como resultado da interação com a pesquisa”, esclarece a Universidade de York em seus guias para pesquisadores.

Comunicar amplamente os resultados de uma investigação científica é uma das maneiras mais eficientes, segundo o UKRI, de fazer com que comunidades, empresas e serviços públicos conheçam as pesquisas e se apropriem

Impacto é definido como “O EFEITO DA PESQUISA PARA ALÉM DA ACADEMIA”

pela Universidade de York, no Reino Unido.

Resultados bem traduzidos para a comunidade

delas. A publicação de artigos científicos, a participação em congressos, o recebimento de convites para palestras, todos contam como estratégias para atingir mais pessoas. “Impacto é o que acontece como resultado dessas atividades”, define a Universidade de York. E nesses casos é importante romper barreiras de linguagem, para extrapolar os muros acadêmicos. “Temos que treinar o cientista para usar uma linguagem menos hermética”, afirma Evaldo Ferreira Vilela, presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

Ao finalizar pesquisas com potencial para influenciar políticas públicas, por exemplo, é importante considerar como os resultados podem chegar às mãos dos tomadores de decisão. Um caminho é elaborar material voltado a esse público. É o que faz o D3E – Dados para um Debate Democrático em Educação, grupo que organiza publicações e realiza encontros com membros dos poderes Executivo e Legislativo para apresentar evidências científicas sobre temas como o uso de tecnologia nas salas de aula ou experiências internacionais de financiamento da Educação.

Outro caminho é o realizado pela Agência Bori. A iniciativa busca criar uma ponte entre veículos de comunicação e a pesquisa científica: uma equipe analisa periódicos científicos em busca de estudos que possam render boas reportagens. Os selecionados são transformados em releases: textos em linguagem jornalística que destacam os aspectos mais noticiáveis das pesquisas, o que facilita para os repórteres, nem sempre acostumados à linguagem acadêmica. **O investimento nas estratégias de divulgação traz mais visibilidade à Ciência, e um maior entendimento dos benefícios de investir em pesquisa e inovação.**

A consultoria EasyTelling, que auxilia pesquisadores e instituições na elaboração de relatórios, sugere que, para promover a geração de impactos, os resultados científicos (divulgados entre acadêmicos) sejam transformados em resultados traduzíveis (dados que, se comunicados, podem trazer benefícios à sociedade). Esses resultados podem gerar impactos diretos (mudanças em legislações, por exemplo) e, posteriormente, impactos a longo prazo (ligados à alteração nos indicadores socioeconômicos da população afetada).

Thais Travassos, da Unitaú, e Goret Pereira Paulo, da FGV (de frente), conversam com Flávia Rodrigues (à dir.), da UoB.



Frank Noon Photography

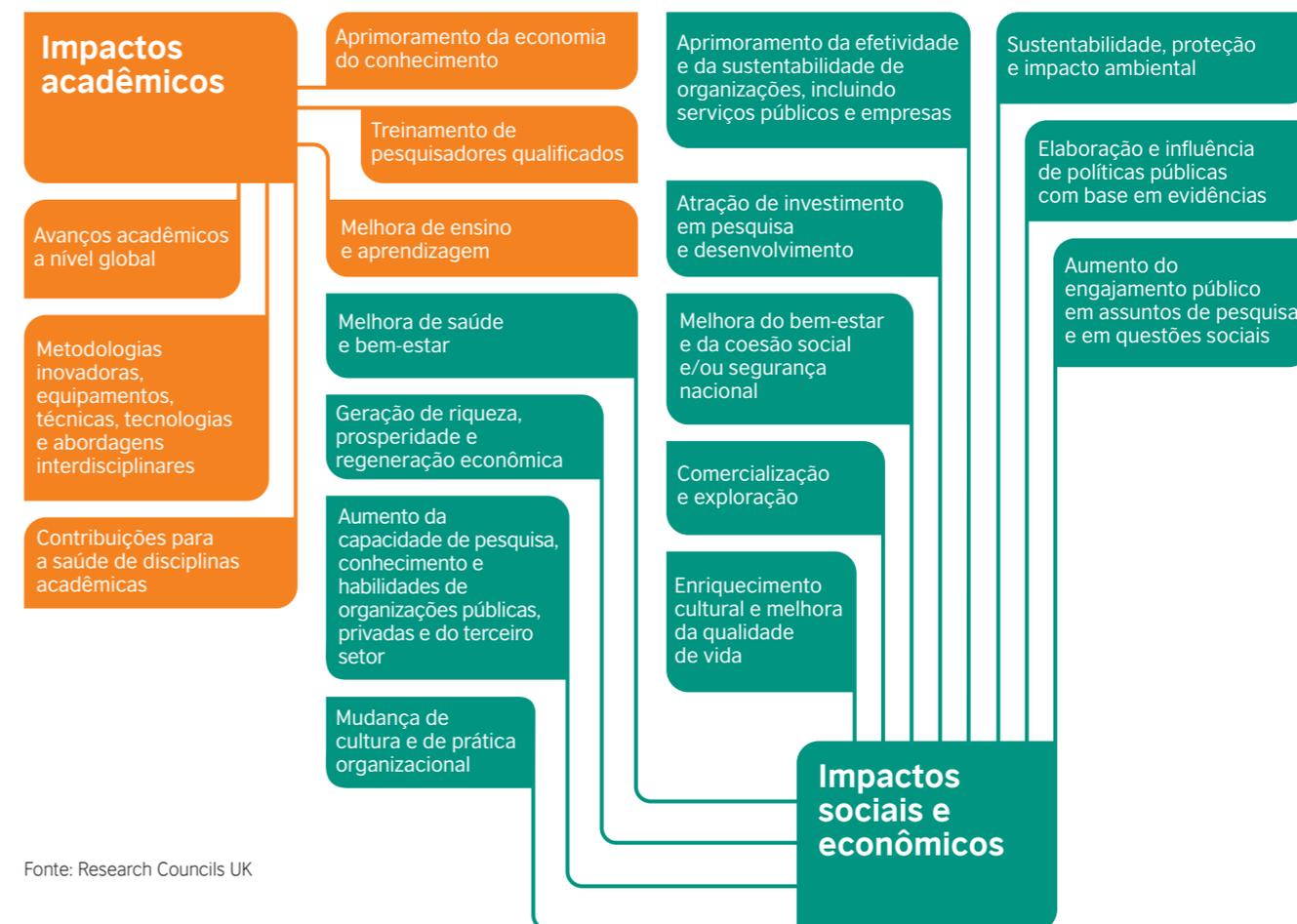
Para que todo esse caminho seja feito, é fundamental que os pesquisadores tenham em mente qual é a situação específica que a pesquisa pretende alterar e como essa meta será atingida. Assim, é possível definir os indicadores a observar e pensar em estratégias – comunicação com políticos ou empresas, por exemplo – para apresentar os resultados traduzíveis aos tomadores de decisão. São eles que têm o poder de utilizar a pesquisa para promover ações que gerem o impacto desejado inicialmente – na forma de leis, na criação de programas governamentais e iniciati-

vas de instituições privadas, e assim por diante (veja alguns impactos no quadro abaixo).

No caso do exemplo citado anteriormente, sobre as bombas de água no Quênia, a pesquisa deu origem à empresa social FundiFix, que atua no monitoramento e na manutenção das bombas, influenciou políticas públicas relacionadas ao fornecimento de água no país e terá o mesmo modelo testado pelo Unicef em Bangladesh. Um dos impactos sociais já verificados é o fato de que mais de 70 mil pessoas são atendidas pelas bombas com as quais a FundiFix trabalha.

Caminhos para o impacto

Aspectos na academia e fora dela que demonstram a relevância de uma pesquisa para a sociedade



Fonte: Research Councils UK

PARCERIAS para expandir qualidade de pesquisa

Colaborar com instituições estrangeiras pode ser um fator importante para aprimorar os resultados

Estabelecer parcerias aumenta o impacto das pesquisas acadêmicas. A colaboração entre universidades diferentes – e em contextos diferentes – apresenta novos problemas de pesquisa, pontos de vista diversos, métodos e conhecimentos que uma pesquisa realizada por uma única instituição não teria. Tradicionalmente, as colaborações são feitas entre grupos de pesquisa: organizações formais, que podem envolver mais de uma instituição. Mas a lógica de apoio em formato de rede está se tornando cada vez mais comum. Trata-se de grupos – com ou sem vínculo formal – que compartilham interesses acadêmicos e estabelecem oportunidades de trocas entre si. Essas trocas podem se dar de diferentes maneiras: pela escrita de artigos

em parceria, por visitas feitas aos laboratórios e universidades ou pela criação de pesquisas de fôlego, que recebam financiamento em conjunto. Quando se fala em cooperação internacional, a troca de informações, materiais e tecnologias pode acelerar a compreensão de problemas mundiais. “Em geral, a realização de pesquisas em redes internacionais não pode ser vista como uma alternativa à colaboração em grupos dentro das universidades, mas como uma estratégia complementar de pesquisa”, afirmam os especialistas noruegueses Svein Kyvik e Ingvild Reymert no artigo *Research Collaboration in Groups and Networks: Differences across Academic Fields*.

Os campos das ciências médicas e naturais são alguns dos mais propícios para es-

sas colaborações, já que muitos dos objetos de estudo são de interesse de diversos países e não tão ligados a aspectos locais, como em pesquisas das Ciências Sociais. É na área da saúde que Brasil e Reino Unido fazem a maior parte de suas cooperações (veja os dados abaixo). Foi o que aconteceu com a pesquisa realizada pela professora Patrícia Garcez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Universidade de Oxford. A pesquisadora, que já estudava microcefalia desde seu pós-doutorado feito também no Reino Unido, havia visitado a instituição pouco tempo antes para conhecer um laboratório, graças a uma bolsa do Fundo Newton. Desse contato, surgiu a proposta de realizar uma pesquisa em conjunto entre o laboratório chefiado pelo professor Zoltan Molnar e a UFRJ. “No Brasil, tínhamos acesso ao vírus e uma grande experiência em lidar com flavivírus. Levei o vírus fixado até o Reino Unido e lá aprendi a fazer análises para avaliar a influência dele no modelo cerebral”, conta Pa-

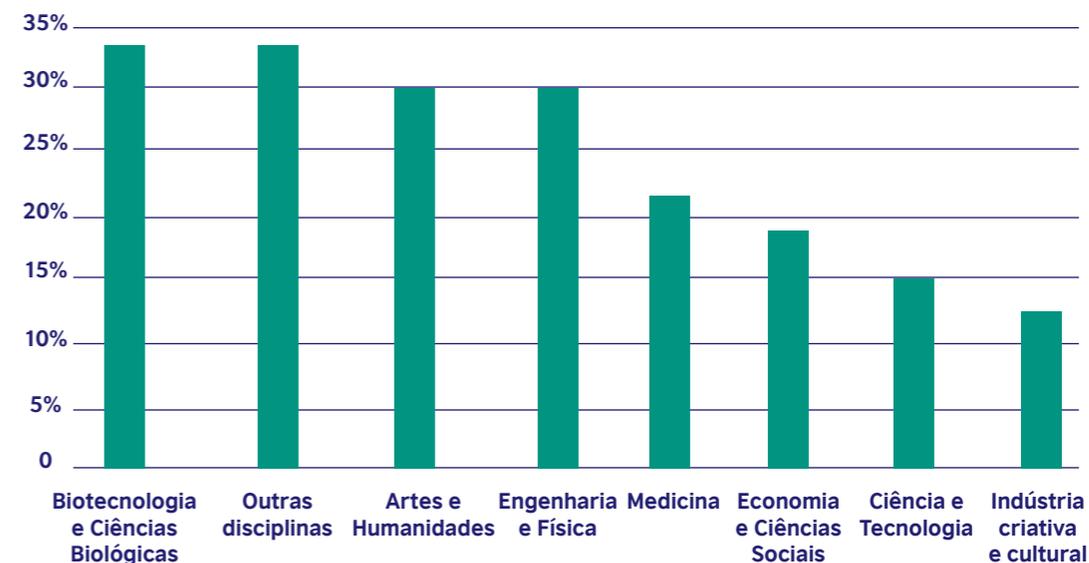
trícia. Como resultado, a pesquisa foi uma das primeiras a explicar o porquê de o vírus zika provocar a microcefalia. “Sem Patrícia, não teríamos conseguido estabelecer tão rápido um modelo do zika em ratos”, destaca Molnar. A colaboração seguiu – envolvendo outros pesquisadores do Reino Unido – e, mais recentemente, eles identificaram que fatores relacionados à nutrição materna também influenciam na possibilidade de malformações em consequência da infecção causada pelo zika.

Nem sempre o estabelecimento de parcerias é simples e quase nunca acontece da noite para o dia. “Tudo em pesquisa depende de relacionamento, que precisa ser construído ao longo do tempo”, pondera Patrícia. Entre outros caminhos possíveis está a colaboração para escrita de artigos. “Um artigo feito em parceria e publicado em uma revista considerada de impacto pode abrir portas para colaborações mais duradouras”, diz Goret Pereira Paulo, diretora de Pesquisa e Inovação da Fundação Getulio Vargas (FGV).

AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E A BIOTECNOLOGIA são as principais áreas de colaboração entre instituições britânicas e brasileiras.



Sua instituição participou de algum projeto de pesquisa no Brasil financiado com recursos locais? Em quais áreas de pesquisa?



Fonte: relatório Mapping UK Higher Education Engagement with Brazil, UUKI (pesquisa entre outubro 2018 e janeiro 2019)

Além do FINANCIAMENTO

Potencial de gerar impactos norteia colaborações entre IES e de sistemas internacionais

A busca por recursos para as pesquisas acadêmicas é um importante fator para a realização de parcerias. Como pesquisas realizadas em colaboração têm tendência a produzir mais impactos, é comum que haja fundos específicos para trabalhos em cooperação: 76% das IES britânicas apontam o financiamento como o principal viabilizador de sua colaboração com o Brasil. E, na seara do investimento, pesquisas com maior potencial de gerar impactos sociais e econômicos costumam encontrar fundos com mais facilidade. “A pesquisa aplicada estabelece parcerias mais facilmente, até com organizações privadas, para garantir o financiamento”, afirma Luiz Nunes de Oliveira, coordenador de Colaboração e Programas Especiais da Fapesp. No Reino Unido, os resultados no REF – em que 25% da nota final é relativa aos estudos de caso de impacto – também são um fator importante para definir a distribuição dos recursos.

Mas há outros ganhos, principalmente na troca de conhecimentos, que também são fundamentais. Para ser bem-sucedido na procura por parcerias, é importante que estejam claros os benefícios de todos os envolvidos. “Se o Brasil tem algo a ganhar com colaborações estrangeiras, elas também têm a ganhar ao realizar parcerias com nossas universidades”, diz Oliveira. A frase do especialista ajuda a desconstruir um mito das discussões sobre colaborações com instituições estrangeiras: a ideia de que os países do exterior têm muito mais a contribuir do que as institui-

ções daqui. No caso da pesquisa sobre o vírus zika realizada em parceria entre Oxford e UFRJ, por exemplo, os pesquisadores brasileiros tinham acesso ao vírus e também a um vasto conhecimento construído no país por lidar com agentes parecidos – por causa dos casos da dengue e de outras doenças tropicais endêmicas.

Colaboração entre sistemas

Outro caminho interessante é a articulação entre sistemas, como explica John Bramwell, consultor sênior do British Council. A ideia é que organizações centrais possam conduzir e estabelecer parcerias internacionais em temas considerados prioritários para o país. É o encaminhamento dado pelo Research England, que disponibiliza mais fundos para pesquisas relacionadas às áreas de desenvolvimento econômico para o Reino Unido, e também o que o CNPq tem feito com a criação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

Os INCTs foram formados a partir de uma chamada pública. São constituídos por uma IES sede – que abriga o instituto – em articulação com laboratórios e grupos de outras instituições acadêmicas ou empresariais, nacionais e estrangeiras, formando redes de colaboração. Os temas abordados por cada instituto se relacionam obrigatoriamente com questões definidas pelo governo como prioritárias para o desenvolvimento social e econômico do país.



John Bramwell
é consultor sênior do British Council e especialista em educação internacional

Foco na busca por IMPACTO

Qual a relação entre impacto e a sustentabilidade das instituições?

A maior parte das instituições espera um edital ou uma chamada pública, produz uma boa proposta, recebe o dinheiro, executa a pesquisa e faz a publicação dos resultados. Isso se transforma em um ciclo perpétuo. O problema é que não há reconhecimento de se o impacto do que foi feito é aquele de que o Brasil precisa, assim como não há indicação sobre a continuidade do financiamento. Se você depende de sempre haver outra chamada, tudo o que pode fazer é reclamar quando o dinheiro acaba. Mas se seu trabalho é parte de um esforço nacional – lidar com um problema como o diabetes, por exemplo –, o dinheiro virá.

Como o sistema todo pode se articular ao redor de tópicos de pesquisa prioritários?

Quando há prioridades nacionais bem estabelecidas, pode-se buscar financiadores de

longo prazo (tanto no governo quanto no setor privado). As agências de fomento podem ter esse papel, promovendo a articulação com empresas, outras agências governamentais, organizações profissionais etc. Um sistema que gira em torno de objetivos prioritários é mais efetivo ao avaliar o impacto e pode buscar colaborações com outras nações para resolver problemas em comum.

Como a coordenação entre sistemas pode incentivar pesquisas de impacto?

Uma abordagem entre sistemas cria conexões entre negócios, profissionais e acadêmicos para propor uma colaboração mais robusta. Tradicionalmente, deixou-se que apenas as próprias universidades identificassem parceiros e elessem temas de estudo. Mas a colaboração a nível nacional satisfaz tanto os interesses institucionais de pesquisa quanto as necessidades de desenvolvimento, conduzindo as Instituições de Ensino Superior aos focos e objetivos da nação. ■



76%
das IES britânicas identificam o financiamento de pesquisa como o principal viabilizador de colaborações com o Brasil.



Na Universidade de Coventry, alunos aprendem tecnologia na prática no Institute for Advanced Manufacturing and Engineering.

Coventry University

DIÁLOGO ENTRE SETORES

Conhecimentos que nascem de anos de dedicação e estudos e podem solucionar problemas são cobiçados pela indústria, que precisa investir em pesquisa e desenvolvimento para evoluir. O rigor científico do pesquisador na universidade e a estratégia de mercado da empresa se aliam na busca por inovação e crescimento sustentável, que é de interesse também de governos e agências de fomento. Exemplos do Reino Unido e do Brasil mostram que as colaborações dependem muito de diálogo entre o mundo acadêmico e o empresarial e que existem desafios, e também resultados medidos por indicadores de qualidade nessas parcerias.

Encontrar um denominador comum não é difícil nas relações de parceria entre universidade e indústria, mas estreitar o diálogo e ajustar os ponteiros para que as ações cumpram os objetivos delineados é trabalhoso e exige persistência. “Qualquer relacionamento depende de confiança e ela se desenvolve ao longo do tempo. Por isso, as organizações iniciam trabalhando juntas em projetos menores, como pesquisas comerciais, estágios e cursos, ou pleiteando fundos em chamadas. Depois desse estágio inicial, as conversações vão assumindo caráter mais estratégico, em que cada uma consegue ver com clareza o benefício da relação”, descreve Ian Chambers, executivo que cuida do desenvolvimento de parcerias no Institute for Future Transport and Cities, da Universidade de Coventry. Segundo ele, **os benefícios para as empresas normalmente envolvem o incremento de inovação e competitividade e a criação de um funil de talentos. Já para a universidade pode significar avançar em sua agenda de pesquisa enquanto fornece experiências enriquecedoras para os estudantes** (veja o quadro de vantagens e desafios na página 52). Em alguns casos, o relacionamento se desenvolve a ponto de levar a um investimento conjunto em infraestrutura, tecnologia e equipes para atingir resultados de médio e longo prazo. Em Coventry, por exemplo, uma colaboração com a empresa Unipart gerou o Institute for Advanced Manufacturing and Engineering /Iame (saiba mais na próxima página).

Com 5 mil estudantes internacionais vindos de 140 países, a Universidade de Coventry coleciona lugares de destaque em rankings (inclusive universidade do ano para experiência dos estudantes no *The Times Good University Guide* 2019), mas um dos índices de que mais se orgulha é o da empregabilidade. Segundo suas estatísticas, seis meses após a graduação, 97% de seus formandos estão contratados ou continuando seus estudos

acadêmicos. A vocação da universidade é influência direta da cidade de Coventry, que viveu intensamente todas as fases da Revolução Industrial (de tecidos a relógios, bicicletas, setor automotivo e aeroespacial). A região de Midlands conta com sete indústrias automobilísticas, sete manufaturas de veículos comerciais e 16 dos 20 maiores fornecedores mundiais de autopeças. A relação indústria-academia não atrai só pelas trocas de conhecimentos e pela divisão de custos de laboratórios especializados. “O governo inglês é bem ativo para pesquisa de inovação, tem interesse e investe no desenvolvimento de tecnologias”, resalta Marcos Kauffman, diretor do Iame. Como uma das questões críticas da atualidade é a transformação do motor de combustão interna para o elétrico, a Universidade de Coventry entrou em consórcio com a Aston Martin e a Williams nessa área. A pesquisa acadêmica e o desenvolvimento tecnológico de baterias automotivas receberam £ 17 milhões do governo (as empresas custearam a outra metade). “Nesse tipo de projeto, o investimento conjunto reduz o risco do parceiro industrial”, explica. O Research UK, órgão que apoia e incentiva a pesquisa no Reino Unido, indica que os valores maiores vão para pesquisas que conversam com as áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social. Para incentivar a colaboração entre universidades e empresas, há fundos específicos, como o Connecting Capability Fund (CCF) e o UK Research Partnership Investment Fund (UKRPIF).

NO REINO UNIDO, AS UNIVERSIDADES SÃO COMPARADAS A UM SETOR INDUSTRIAL DE PESO QUE:

- Contribui com £ 95 bilhões por ano para a economia.
- Influencia contextos locais e regionais e atua de forma decisiva no cenário nacional e mundial.
- Constrói e mantém ambientes que permitem o florescimento de pesquisa e inovação por providenciar:
 - ✓ Instalações e infraestrutura
 - ✓ Recursos Humanos (pesquisadores, docentes, equipes administrativas e de apoio)
 - ✓ Cooperação com empresas, fundações, governo local, outras instituições e parceiros internacionais
 - ✓ Investimentos significativos de fundos próprios para cumprir suas estratégias, de forma autônoma.

Fonte: Research England

De Coventry para Camaçari

A primeira faculdade no chão de fábrica do Reino Unido. É assim que se denomina o Institute of Advanced Manufacturing and Engineering (Iame), fruto da parceria entre a Universidade de Coventry com o Unipart Manufacturing Group (indústria de peças automotivas). “Montar parte da faculdade dentro da fábrica tem o objetivo de promover uma experiência prática ao estudante, que sai preparado para trabalhar na indústria. E os 100% de empregabilidade na área de engenharia comprovam o sucesso da ideia”, comemora Marcos Kauffman, diretor do Iame, cujo pré-

dio funciona desde novembro de 2014 dentro do campus. Lá, os alunos desenvolvem projetos direcionados a solucionar problemas do parceiro industrial.

Inspirado no mesmo modelo e contando com consultoria da Universidade de Coventry, o Senai Cimatec implantou em Camaçari, na Bahia, o Programa E2I (Engenharia para Inovação Industrial), em parceria com a Ford Motor Company.

É a primeira faculdade no chão de fábrica brasileira, com ambiente industrial dedicado à educação e pesquisa aplicada. “A Universidade de Coventry criou um curso específico para esse conceito, mas aqui adaptamos o modelo para ser implementado nos nove cursos de Engenharia que já tínhamos”, explica Tatiana Ferraz, pró-reitora administrativa do Centro Universitário Senai Cimatec. O estudante pode ter sua formação associada ao E2I durante um ano ou dois do seu curso. Em 2020, os selecionados para 39 vagas vão receber bolsa da empresa para participar do projeto. Orientados por tutores (professores do Senai Cimatec – tutoria acadêmica – e engenheiros da Ford – tutoria industrial), os estudantes buscam uma solução para um problema industrial real. Eles cursam disciplinas específicas para apoiar o conhecimento necessário para desenvolver o projeto. Assim como Coventry tem uma estrutura industrial própria para operar esse modelo, o Senai possui um braço operacional, o Cimatec Park.

“Os estudantes trouxeram e aplicaram as metodologias acadêmicas dentro da Ford. Isso agregou muito valor em análises de problemas e tomadas de decisão”, diz Nilton Otsuzi, engenheiro-chefe de Desenvolvimento de Produtos e Parcerias da empresa. Em 2019, o E2I realizou dois projetos-piloto em colaboração com a indústria automotiva. Um deles, conduzido pelo time de manufatura, envol-



Ascom Seplan

Inaugurado em novembro de 2019, o Senai Cimatec Park é um complexo de 4 milhões de m² em Camaçari, BA.

A lógica por trás da estratégia do Institute of Advanced Manufacturing and Engineering, a primeira faculdade no chão de fábrica do Reino Unido, se encaixa também em outros contextos de colaboração academia + indústria:



APRENDIZAGEM

Criar um ambiente de ensino inovador para formar graduandos prontos para atuar na indústria



PESQUISA

Estabelecer a infraestrutura para abrigar o trabalho colaborativo de pesquisa e desenvolvimento



NEGÓCIOS

Aprimorar o retorno do investimento em inovação

Fonte: Institute of Advanced Manufacturing and Engineering, Universidade de Coventry

Parcerias universidade-empresa

VANTAGENS

Para as empresas

- Muitas vezes vale mais a pena do que investir em laboratórios para usá-los apenas em momentos específicos
- A operação de laboratórios exige pessoal altamente especializado (como professores, pesquisadores)
- É uma forma de prospectar talentos nas universidades

Para as universidades

- Melhores condições e infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas e possibilidade de ampliar as chances de publicação dos trabalhos em periódicos nacionais e internacionais
- Formação dos alunos mais alinhada com as demandas do mercado
- Pode haver financiamento para alunos, professores e pesquisadores

DESAFIOS

- Diferenças culturais – por exemplo, as universidades privilegiam a compreensão profunda dos problemas, enquanto as empresas têm foco maior no desenvolvimento de produtos
- Dificuldades das empresas para financiamentos de médio e longo prazo
- Insegurança jurídica dos modelos de incentivos fiscais para pesquisa
- Rotatividade nas empresas pode implicar a saída de profissionais responsáveis pelas parcerias, dificultando o andamento dos projetos

Fonte: Boas Práticas de Parceria Universidade-Empresa em Cursos de Graduação de Engenharia, da Confederação Nacional da Indústria - CNI (2019)

Qualidade e sustentabilidade nas PARCERIAS

Ampliação de rede multidisciplinar de especialistas e aumento de financiamento impulsionam pesquisas

Durante muito tempo, no Brasil, a Ciência ficava apenas dentro das universidades. “A indústria multinacional e estrangeira trazia de fora seus modelos científicos e de inovação. Essa colaboração precisa ser induzida e fomentada”, comenta Tiago Muzilli, coordenador de Relações Internacionais do Centro Universitário da FEI, fundado no polo industrial do ABC Paulista para formar engenheiros para as empresas da área automobilística. Assim como muitas universidades brasileiras têm mecanismos para desenvolver parcerias, a FEI conta com uma agência de inovação. Quando o resultado de uma pesquisa científica é promissor, as partes interessadas podem estimular que ela tenha continuidade ou ainda dê origem a novas pesquisas (*leia exemplos ao lado*).

Para avaliar a qualidade das parcerias entre academia e indústria também existem indicadores. Muzilli cita três deles: o quanto a Ciência se materializa dentro da indústria e é aplicada, beneficiando a sociedade; o impacto da descoberta ou do estudo para o avanço ou aprofundamento de outras pesquisas; e o número de patentes registradas. Segundo Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp, o dinheiro que a empresa está disposta a investir também é um indicador, pois o volume de recursos relaciona-se com a qualidade do que a companhia obtém com aquela interação. No estado de São Paulo, há centros de pesqui-

sa que contam com até R\$ 150 milhões, metade desse montante financiado pela iniciativa privada. “A produção de artigos científicos em coautoria também indica que existiu colaboração intensa”, diz Cruz. É exatamente um artigo publicado na revista *Energies*, em fevereiro deste ano, que divulga os achados da cooperação entre o professor Ronaldo Gonçalves dos Santos, do Departamento de Engenharia Química da FEI, e o professor Sina Rezaei-Gomari, da School of Science and Engineering da Teesside University, em Middlesbrough, no Reino Unido. Eles criaram equações matemáticas para o desenvolvimento de um software, a partir de medidas que envolvem engenharia química e do petróleo, para conseguir dados precisos para definir a estratégia de extração do petróleo de rochas não consolidadas (porosas). A colaboração teve apoio do Fundo Newton e é de interesse para a indústria, pois já foi validada, e precisa ser ampliada para vários tipos de reservatório (com análise de cenários como o tipo de rocha, salinidade e acidez) para ter apelo comercial. “Não há nada melhor do que cooperar, principalmente quando se faz pesquisa. Trabalhávamos em áreas parecidas, mas com backgrounds distintos, então a troca foi sensacional”, afirma Gonçalves dos Santos. “Hoje se fala muito em grupos multidisciplinares e diversidade. O resultado tende a ser mais efetivo se há contribuições diferentes.”

DISPÊNDIO EM P&D COMO PORCENTAGEM DO PIB:

São Paulo:
1,24%

Reino Unido:
1,40%

Fonte: Gerência de Estudos e Indicadores/Fapesp, Fundação Seade e OCDE

Colaboração que fortalece os resultados e evolui

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE BIOMIMÉTICA, área da ciência que se inspira na natureza para desenvolver soluções sustentáveis.

FEI + Coventry University:

Entre fevereiro e abril de 2016, alunos da graduação e da pós-graduação de ambas IES tiveram aulas com o professor Rodrigo Filev, do Departamento de Ciência da Computação da FEI, e com a professora Anh Tran, da área de Engenharia Humanitária da Universidade de Coventry.

Os alunos desenvolveram vários projetos, entre eles um relacionado **à melhor utilização de recursos hídricos para a produção de alimentos e outro que visava a conservação de frutas** durante o transporte para minimizar desperdícios.

Um sistema de monitoramento de baixo custo de áreas agricultáveis deu origem ao projeto seguinte:

SENSING CHANGE, A INTERNET DAS COISAS (IOT)

NA AGRICULTURA, dispositivo que captura e monitora dados como umidade e temperatura do solo para auxiliar o pequeno produtor a melhorar processos agrícolas e aumentar a produtividade.

FEI + Universidade de Coventry + Harper Adams + Universidade de KwaZulu-Natal + empreendedores:

Em 2018, pesquisadores e professores das áreas de Engenharia Humanitária e Engenharia Agrícola do Reino Unido, de Engenharia de Biorrecursos da África do Sul e de Ciência da Computação do Brasil, um empreendedor social da Zâmbia e um profissional de novos negócios dos Estados Unidos se uniram para a realização do projeto de IoT na agricultura.

O Sensing Change obteve **financiamento de £ 20 mil, da Royal Academy of Engineering**, do Reino Unido, e resultou em tecnologia para que o pequeno agricultor utilize instruções de construção do hardware, monte os componentes eletrônicos e faça download do software para ter um dispositivo para agricultura de precisão de valor e uso acessível.

O IoT na agricultura deu origem ao projeto seguinte:

SWAMP (SMART WATER MANAGEMENT PLATFORM), sistema de irrigação inteligente de alta precisão para a agricultura.

FEI + UFABC + UFPE + Universidade de Bolonha (Itália) + VVT Technical Research Center (Finlândia) + Embrapa + empresas:

Em andamento até o final de 2020, alia conhecimentos multidisciplinares para desenvolver plataforma com sensores, softwares e inteligência artificial para melhorar a eficiência da irrigação, otimizando o uso do recurso hídrico. Entre os envolvidos estão a empresa brasileira Leverttech, de soluções em IoT, e a fabricante de drones espanhola Quaternium, além de entidades comerciais de fazendeiros, que testam as soluções no Brasil e na Europa.

O projeto recebeu € 3 milhões, metade da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e metade da Comissão Europeia, e já resultou na publicação de alguns papers e apresentações em congressos da área, documentados no site swamp-project.org.

UFABC – Universidade Federal do ABC
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

O cenário da INTERAÇÃO

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), diz que apoiar os professores na gestão dos projetos é essencial para o desenvolvimento de pesquisa e que a coautoria entre universidades e empresas só cresce no Brasil.

O senhor refuta a ideia de que a interação entre universidades e empresas em pesquisa científica e tecnológica no Brasil é incipiente. Por quê?

No debate brasileiro há uma espécie de senso comum que considera essa relação fraca ou até inexistente. Mas é uma discussão com base em sensações subjetivas. Por isso me propus a apresentar quatro indicadores objetivos que permitem conhecer a intensidade dessa relação e verificar se ela está melhorando ou não. O que obtive foi um quadro quantitativo que jamais tinha sido feito no Brasil sobre a interação entre universidades e empresas.

Quais são esses indicadores?

O dinheiro que as universidades recebem das empresas para realizar atividades de pesquisa; a quantidade de artigos científicos nos quais há autores de universidades brasileiras e de empresas nacionais ou estrangeiras; o número de patentes registradas pelas universidades que têm cotitularidade com empresas; e a quantidade de startups criadas, sobretudo por estudantes.

O que revelaram os valores investidos pelas empresas?

Ao analisar os números da Universidade Es-



Plu Dip/Fapesp

tadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP), descobri que ambas se colocariam entre as 20 universidades dos Estados Unidos que mais dinheiro recebem de empresas quando isso é medido em relação ao total de financiamento externo de pesquisa que entra na instituição. Se comparadas às americanas, a Unicamp estaria em sétimo lugar e a USP, em 11º lugar. Isso ajuda a entender que não é pouca a interação ou o esforço nessa direção. Por serem raras as universidades no Brasil que mantêm essa contabilidade em dia, a falta de informações não permitiu analisar outras instituições, mas suponho que a UFRJ, a UFMG, a UFSC e o ITA, entre outras, ostentariam bons resultados se publicassem seus dados.

E em relação à quantidade de trabalhos científicos publicados em coautoria?

Usando a base internacional Web of Science, consegui olhar para quase todas as instituições brasileiras, inclusive as privadas. Descobri que de 1980 a 2018 o número de publicações científicas com autores de universidade e empresa cresceu 14% ao ano. Toda essa evolução demonstra que a colaboração dá resultados e é sofisticada, pois implica que dois autores tiveram a ideia, trabalharam, escreveram e publicaram juntos.

O que mais a análise das coautorias mostrou?

Que essa interação não está disseminada no conjunto das IES brasileiras, pois apenas **DEZ UNIVERSIDADES PÚBLICAS** respondem por 72% das coautorias. Esse dado indica que ela ocorre onde há alta intensidade de atividades de pesquisa. Menos intensidade é um dificultador, pois a empresa procura um lugar com muitas ideias. Se as outras 100 universidades quiserem melhorar a interação, devem procurar ser mais parecidas com essas dez.

Mas por que existe essa diferença?

Vejo duas razões. A primeira é o acesso a recursos para pesquisa, que são limitados. A segunda é como a universidade trabalha com os valores acadêmicos. Por exemplo, se cria e mantém um ambiente onde o professor mais qualificado progride na carreira e recebe autorização para participar de conferências internacionais e os estudantes têm acesso a bolsas de estudo para avançar na formação. Isso inclui esforço institucional no apoio aos pesquisadores, como manter infraestrutura e equipamentos, repositórios científicos com visibilidade internacional e suporte administrativo. Acho que o maior problema das universidades brasileiras é a incapacidade de ajudar os professores a gerir um projeto de pesquisa.

O que as relações indústria e universidade do Reino Unido podem ensinar ao Brasil e vice-versa?

No Reino Unido existe tradição de P&D empresarial há muitas décadas, com a convicção dos benefícios de colaborar com universidades em temas avançados, o que facilita a interação. Em São Paulo, instrumentos que favorecem pesquisa avançada e colaborativa

de longo prazo, como os Centros de Pesquisa em Engenharia (Fapesp), podem inspirar políticas. Programas de estímulo à inovação tecnológica, como o Pipe Fapesp e o Catapult, do Reino Unido, podem dialogar para criar colaborações entre pequenas empresas.

Como o governo deveria agir para melhorar a qualidade da pesquisa e estimular parcerias com o setor produtivo?

O governo pode ter critérios mais rigorosos e internacionalizados para analisar a qualidade da pesquisa, valendo-se, por exemplo, da opinião de cientistas de fora ao considerar pedidos de financiamento. Outra iniciativa é estimular que líderes de pesquisa passem tempo no exterior. A limitação da experiência internacional é uma das grandes barreiras para o avanço da qualidade da pesquisa no Brasil. Em relação às parcerias, financiamentos ajudam. Mas o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Finep, que de 2010 a 2011 investiu R\$ 700 milhões por ano em pesquisa colaborativa entre universidade e empresa, hoje só conta com R\$ 40 milhões anuais.

Há novas áreas de pesquisa que se abriram nos últimos anos por interesse e financiamento da indústria?

Sim, um exemplo é o centro de pesquisa sobre inteligência artificial, em parceria com a IBM, que será sediado na USP. O outro estudo edição gênica e mudança climática em conjunto com a Embrapa, na Unicamp. Desde 2014, a Fapesp ajudou a criar 14 centros de pesquisa em engenharia, com contratos de até dez anos, envolvendo gastos de R\$ 40 a R\$ 260 milhões cada um, em época de crise econômica no país. ■



Universidades com maior número de artigos publicados em coautoria com a indústria entre 2009 e 2018:

1. Universidade de São Paulo (USP)
2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
3. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
4. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
5. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
6. Universidade Estadual Paulista (Unesp)
7. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
8. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
9. Universidade Federal de Viçosa (UFV)
10. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Internacionalização e políticas linguísticas

Conheça as outras publicações do British Council sobre esses temas



Universidades para o Mundo: desafios e oportunidades para a internacionalização

Em novembro de 2017, o British Council levou a polos universitários em quatro regiões do país conhecimento sobre a internacionalização no Ensino Superior, fomentando debates com vistas a fortalecer as instituições brasileiras para que possam estabelecer mais parcerias estratégicas. Os seminários Universidades para o Mundo contaram com a presença de reitores, vice-reitores de pós-graduação, pesquisa, relações internacionais e departamentos de língua inglesa, a maioria de universidades públicas. O resultado dos seminários foi compilado na publicação, lançada em abril de 2018 na Conferência Faubai, disponibilizada para download gratuitamente em português e em inglês [aqui](#).



Universidades para o Mundo: estratégias e avanços no caminho da internacionalização

Em dezembro de 2018, o British Council realizou em Londres o seminário UK-BR sobre internacionalização na educação superior, em que universidades brasileiras e britânicas puderam discutir os principais desafios e oportunidades relacionadas ao programa Capes-PrInt, parcerias, Inglês como Meio de Instrução, qualidade, rankings, educação transnacional. Temas caros à agenda de internacionalização e seu avanço no Brasil e Reino Unido foram discutidos entre os departamentos de relações internacionais, pesquisa e inglês. O resultado desse seminário e workshop foi traduzido na publicação de 2019, disponibilizada gratuitamente para download em português e em inglês [aqui](#).



Framing English language applied research

O British Council lançou, em junho de 2018, a UK Brazil English Collaboration Call – uma chamada para financiamento de projetos conjuntos entre IES brasileiras e britânicas com o objetivo de fomentar a pesquisa aplicada em língua inglesa. O apoio financiou duas linhas de pesquisa:

- Políticas para a língua inglesa como componente do processo de internacionalização de IES brasileiras, alinhadas com a agenda da internacionalização em casa.
- Aprimoramento do ensino e aprendizagem de inglês na rede pública brasileira – nos níveis fundamental e médio. Essa linha incluiu temas como formação inicial e continuada de professores, uso de tecnologias e avaliação.

Acesse a publicação que traz um panorama das pesquisas realizadas [aqui](#).

Lieselotte Hoeschl Ornellas

Lieselotte Hoeschl Ornellas certa vez leu um livro que contava a história de Florence Nightingale, uma enfermeira britânica reconhecida por tratar soldados feridos durante a Guerra da Crimeia. Foi o que bastou para estimulá-la a seguir carreira no campo de Enfermagem, formando-se na profissão em 1939, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Logo depois, Lieselotte foi agraciada com uma bolsa para estudar no Instituto Nacional de Nutrição Professor Escudero, na Argentina, durante o período em que a área da Nutrição e a profissão de nutricionista começavam a surgir e a ganhar reconhecimento no Brasil.

Em 1947, Lieselotte recebeu uma segunda bolsa de estudos, desta vez do British Council. Ela foi convidada a estudar na Florence Nightingale School of Nursing and Midwifery do King's College London, onde pesquisou os efeitos do racionamento alimentar no

organismo, no contexto do pós-Guerra na Grã-Bretanha.

Lieselotte estudaria ainda nos Estados Unidos e escreveria uma série de livros relacionados a seu campo de atuação, tornando-se uma das grandes referências da área e um exemplo, ao utilizar seus conhecimentos para auxiliar vítimas de uma inundação, na Bolívia.

Em meio à celebração dos 75 anos de atividades do British Council no Brasil, reconhecemos a trajetória de Lieselotte Hoeschl Ornellas como um símbolo da importância do intercâmbio de ideias possibilitado pela internacionalização da educação.

Esperamos que a experiência de Lieselotte possa servir como uma inspiração do que é possível alcançar ao fomentarmos parcerias entre universidades e instituições de ensino de todo o mundo.